

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ-UNIOESTE
CAMPUS DE TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA- PGE
NÍVEL MESTRADO

SONIA APARECIDA GOMES DE RAMOS

FAMÍLIA, POBREZA E RENDA NO PARANÁ

TOLEDO

2022

SONIA APARECIDA GOMES DE RAMOS

FAMÍLIA, POBREZA E RENDA NO PARANÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Ph.D Jandir Ferrera de Lima.

TOLEDO

2022

SONIA APARECIDA GOMES DE RAMOS

FAMÍLIA, POBREZA E RENDA NO PARANÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia (Mestrado), do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo, como requisito à obtenção do título de Mestre em Economia.

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Ph.D Jandir Ferrera de Lima.
(Orientador)
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Professor Dr. Flávio Braga de Almeida-
Gabriel
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Professora Dr^a. Ana Cristina dos Santos
Morais
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
- UFRN

TOLEDO – PR

2022

Dedico este trabalho aos meus filhos Hiago Ferrarini e Hiuri Felini, pelo apoio e carinho.

AGRADECIMENTOS

Concluindo mais uma etapa e muito a agradecer as pessoas que direta ou indiretamente estiveram ao meu lado ao longo deste período. Dificuldades, desafios e muito aprendizado marca o tempo de elaboração deste trabalho.

Meu agradecimento em primeiro lugar a Deus, pelo dom da vida e pela oportunidade de iniciar e concluir este trabalho e por permitir realizar o sonho do Mestrado.

Agradeço ao meu orientador, Jandir Ferrera de Lima (orientador), a minha mais profunda gratidão pela dedicação, pelo compromisso com o meu aprendizado, incentivo e contribuições a este trabalho.

Agradeço aos meus filhos Hiago e Hiuri por entender e aceitar os compromissos que ao longo destes anos precisei deixar de lado em alguns momentos.

Agradeço a minha mãe Delvina, pelo apoio incondicional, aos meus cunhados Dirceu, Luiz e Adelio, as minhas irmãs Marcia, Elizandra, Sandra, Érica e principalmente a Beti, a parceria dos meus irmãos Antônio e Soelci obrigado por todo apoio e compreensão.

Aos meus colegas de trabalho, professores e professoras, ao diretor do CECM, Diógenes Broetto.

Agradeço imensamente à Universidade Estadual do Oeste do Paraná, ao seu corpo docente, à direção e à administração, à Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) pelo suporte financeiro.

Aos professores do PGE/PGDRA/UNIOESTE, e ao coordenador do curso Flávio Braga de Almeida Gabriel, por todo conhecimento transmitido em suas aulas e apoio em todos os momentos.

Um agradecimento muito especial aos funcionários do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e do Departamento de Economia, especialmente à Luci e a Magali. A todos os meus colegas e amigos do PGE/UNIOESTE pela troca de experiências, pelas palavras de incentivo e companheirismo nesta fase tão crucial.

RAMOS, SONIA APARECIDA GOMES. **FAMÍLIA, POBREZA E RENDA NO PARANÁ**. 2022. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo. Orientador: Professor Dr. Jandir Ferrera de Lima.

RESUMO

O objetivo do estudo foi identificar e analisar os impactos das mudanças recentemente observadas na estrutura das famílias e sua relação com a pobreza. O objeto de estudo é o estado do Paraná, com recorte geográfico das Regiões Geográficas Imediatas (RGI), comparando áreas rurais e urbanas. A metodologia utilizada foi a estimativa de um Índice de Pobreza Multidimensional Familiar (IPMF), utilizando dados do IPARDES, com recorte entre 2006 e 2016. Os resultados da pesquisa apontam que o estado apresentou aumento no número de famílias de 2006/2010 de 1% e 8% entre 2010/2016. Das 29 RGIs, 17 destas foram consideradas áreas urbanas com participação do PIB agropecuário entre 5% e 20%, já as áreas rurais são 12 com participação do PIB entre 21% e 37%. Em relação a classificação do sexo dos indivíduos, predominância de pessoas adultas do sexo feminino. Já nas crianças e adolescentes, o percentual foi maior no sexo masculino, em média de 4%. As regiões rurais apresentaram um PIB *per capita* em média de R\$ 17.000,00 a R\$ 32.000,00 e as urbanas entre R\$ 22.000,00 e R\$ 48.000,00. Em relação ao IPMF, os resultados apontam que a pobreza vem diminuindo ao longo do período, embora, com oscilações apresentando redução dos índices e posterior aumento. Na dimensão mortalidade infantil queda de - 0,52% nas RGIs urbanas e - 0,3% nas rurais. Na dimensão analfabetismo áreas urbanas apresentam 22,16% a mais de analfabetos do que nas regiões rurais, contudo, houve redução de -1,74% de 2006 para 2016 nas áreas urbanas e -1,49%, nas rurais. Na dimensão renda entre 2006 e 2016, áreas urbanas apresentam redução de -0,43%, e nas rurais foi de -3,89%. Na Dimensão desnutrição, ambas as regionalizações tiveram diminuição considerável até 2015, e aumento em média de 3% para 2016. A proporção de pobres (H) nas regiões urbanas foi superior as das regiões rurais, exceto para o ano 2016, que apresentou proporção de pobreza inferior ao das regiões rurais em 0,66%. A intensidade da pobreza em 2006, foi de 1,08% em regiões rurais e 0,99% nas urbanas. A privação das regiões rurais entre 2006 e 2016 aumentou em 0,45%. Nas regiões urbanas a pobreza multidimensional familiar em 2006 era de 33,95%; 2010 de 33,91% e 2016 de 33,99%. Nas áreas rurais 2006 de 34,03%; 2011 de 34,08% e em 2016 de 33,92%. A análise permite concluir que as dimensões e indicadores apresentam percentuais maiores, na maioria das variáveis analisadas nas regiões urbanas, do que nas regiões rurais. Conclui-se que houve alterações na demografia familiar e presença de pobreza no Paraná.

Palavras-chave: Pobreza; Família; Paraná; Urbano; Rural.

RAMOS, SONIA APARECIDA GOMES. FAMILY, POVERTY, AND INCOME IN PARANÁ. 2022. Dissertation (Master's in Economics) State University of Western Paraná, Toledo. Advisor: Teacher Dr. Jandir Ferrera de Lima.

ABSTRACT

The aim of the study was to identify and analyze the impacts of recent changes observed in the structure of families and their relationship with poverty. The object of study is the state of Paraná, with geographic coverage of the Immediate Geographical Regions (RGI), comparing rural and urban areas. The used methodology was the estimation of a Family Multidimensional Poverty Index (IPMF), using data from IPARDES, with an excerpt between 2006 and 2016. The survey results indicate that the state showed an increase in the number of families from 2006/2010 of 1% and 8% between 2010/2016. From the 29 RGIs, 17 of these were considered urban areas with a share of the agricultural GDP between 5% and 20%, while there are 12 rural areas with a share of the GDP between 21% and 37%. Regarding the classification of the sex of individuals, predominance of adult females. In children and teenagers, the percentage was higher in males, an average of 4%. The rural regions had an average per capita GDP between R\$ 17,000.00 and R\$ 32,000.00 and the urban ones between R\$ 22,000.00 and R\$ 48,000.00. Regarding the IPMF, the results indicate that poverty has been decreasing over the period, although with oscillations showing a reduction in the indexes and a subsequent increase. In the infant mortality dimension, a decrease of -0.52% in urban RGIs and -0.3% in rural ones. In the illiteracy dimension, urban areas have 22.16%, more illiterates than in rural regions, however there was a reduction of -1.74% from 2006 to 2016 in urban areas and -1.49% in rural areas. In the income dimension between 2006 and 2016, urban areas present a reduction of -0.43%, and in rural areas it was -3.89%. In the undernutrition dimension, both regionalizations had a considerable decrease until 2015, and 3% average increase for 2016. The proportion of poor people (H) in urban regions was higher than in rural regions, except for the year 2016, which presented a proportion of poverty lower than that of rural regions by 0.66%. The intensity of poverty in 2006 was 1.08% in rural regions and 0.99% in urban areas. Deprivation in rural regions between 2006 and 2016 increased by 0.45%. In urban regions, multidimensional family poverty in 2006 was 33.95%; 2010 of 33.91% and 2016 of 33.99%. In rural areas 2006 of 34.03%; 2011 of 34.08% and in 2016 of 33.92%. The analysis allows us to conclude that the dimensions and indicators have higher percentages, in most of the determinant variables in urban regions, than in rural regions. The conclusion is that there have been changes in family demography and the presence of poverty in Paraná.

Keywords: Poverty; Family; Paraná; Urban; Rural.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Regiões Geográficas Imediatas do Estado do Paraná - 2018.....	45
Figura 2 – Dimensões do Índice Multidimensional da Pobreza Familiar - IPMF.....	50
Figura 3 – Participação do Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuário no PIB total - Regiões Geográficas Imediatas do Paraná - 2006 a 2016.....	55
Figura 4 - % população de 0 a 14 anos, das Regiões Geográficas Imediatas do Paraná, utilizando Censo - 2000 e 2010.	61
Figura 5 – Vulnerabilidade familiar das Regiões Geográficas Imediatas do Paraná urbanas/rurais para o componente mortalidade infantil - 2006 a 2016.....	67
Figura 6 - Dimensão analfabetismo das Regiões Geográficas Imediatas do Paraná urbanas/rurais - 2006 a 2016.	68
Figura 7 - Dimensão renda média familiar Regiões Geográficas Imediatas do Paraná urbanas/rurais - 2006 a 2016.	69
Figura 8 - dimensão desnutrição Regiões Geográficas Imediatas do Paraná urbanas/rurais - 2006 a 2016.	70
Figura 9 – incidência da pobreza nas Regiões Geográficas Imediatas do Paraná - 2006 a 2016	71
Figura 10 - Intensidade da pobreza das Regiões Geográficas Imediatas do Paraná urbanas/rurais - 2006 a 2016.	72
Figura 11 - Pobreza multidimensional (MO) Regiões Geográficas Imediatas urbanas e rurais - 2006 e 2016.	74
Figura 12 - Índice de Gini Estado do Paraná - 2006 a 2016.	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - As 29 Regiões Geográficas Imediatas do Paraná - 2020	46
Tabela 2 - Unidades familiares por Região Geográfica Imediata do Paraná - 2006 - 2010 e 2016.....	57
Tabela 3 - Média populacional feminina e masculina total e menores de 14 anos para as 29 Regiões Geográficas Imediatas do Paraná, utilizado contagem população 2007 e Censo 2010.....	59
Tabela 4 - Média emprego formal masculino e feminino para as Regiões Geográficas Imediatas do Paraná - 2006 e 2016	62
Tabela 5 - Produto Interno Bruto Per Capita a preços correntes para as Regiões Geográficas Imediatas do Paraná - 2006 a 2016.	64
Tabela 6 - Média população total e a média do PIB per capita das Regiões Geográficas Imediatas do Paraná - 2006 a 2016.	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo dos conceitos de pobreza	27
Quadro 2 - Resumo dos tipos de famílias ou núcleos familiares	38
Quadro 3 - Índice de Pobreza Multidimensional Familiar – IPMF. Dimensão, indicadores e componentes.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano.
IDH – M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional.
IPMF	Índice de Pobreza Multidimensional Familiar.
MDS	Ministério da Cidadania.
PEA	Pessoas Economicamente Ativas.
PIB	Produto Interno Bruto.
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
REGIC	Regiões de Influência da Cidades.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REVISÃO DE LITERATURA	18
2.1 ESTUDOS EMPÍRICOS	18
2.2 REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.2.1 Conceituando Pobreza	22
2.2.2 Dimensões da Pobreza	28
2.3 ÍNDICES DE POBREZA	29
2.3.1 Medidas de Pobreza Unidimensional	30
2.3.2 Medidas de Pobreza Multidimensional	31
2.4 FAMÍLIA E SUA ESTRUTURA	34
2.5 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	38
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	44
3.1 ÁREA GEOGRÁFICA DE ESTUDO	44
3.2 FONTE DAS INFORMAÇÕES PARA A ANÁLISE	47
3.3 DIMENSÕES INDICADORES E DESCRIÇÃO DO MÉTODO	49
3.4 ÍNDICE DE GINI	53
4 DISCUSSÕES E RESULTADOS	55
4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES FAMILIARES, DE ACORDO COM A DEMOGRAFIA ETÁRIA, SEXO, RENDA <i>PER CAPITA</i> , ESPAÇO RURAL-URBANO	55
4.2 O ÍNDICE DE POBREZA	67
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICE A - AS 29 REGIÕES GEOGRÁFICAS IMEDIATAS DO PARANÁ - 2017	86

1 INTRODUÇÃO

A população do Brasil passou por um processo de transformação caracterizado por significativas alterações em seu aspecto demográfico, apresenta duas fases: na primeira observou-se pouco impacto na estrutura etária, população com idade média de apenas 18 anos. A segunda iniciou-se a partir de meados do século XX, com queda nos níveis de mortalidade, queda nas taxas de mortalidade infantil e o aumento da esperança de vida ao nascer. Iniciando-se o processo de envelhecimento populacional. Na década de 1970, os indicadores de natalidade, fecundidade e mortalidade tiveram seus níveis drasticamente reduzidos, o que obrigou a uma maior atenção sobre a estrutura da família (VASCONCELOS e GOMES, 2012).

A partir de 1970, os estudos sobre a família tiveram três referências básicas: i) a demografia histórica; ii) a análise da economia doméstica e; iii) os debates interdisciplinares em Ciências Sociais. No entanto, foi nos debates interdisciplinares nas Ciências Sociais, que a definição de demografia familiar se sobressaiu, sendo caracterizada como o estudo do número, tamanho e composição das famílias e a identificação dos processos populacionais que geram esses resultados e suas mudanças ao longo do tempo. Com a observação das significativas mudanças pelas quais passaram os arranjos familiares ao longo da história, associadas a transformações de natureza demográfica, social e cultural, também, se pode compreender a dinâmica da renda e dos indicadores de pobreza no Brasil (CARDOSO e VAINFAS, 1997).

Por outro lado, ao se considerar como população um conjunto de seres humanos com características determinadas, como por exemplo: um conjunto de habitantes de um mesmo país ou região ou conjunto de pessoas em um determinado grupo etário, então é importante considerar a família como objeto de estudo das mudanças demográficas no contexto regional, portanto, do lugar onde a família está inserida. Por exemplo: a dicotomia entre a população localizada nas áreas rurais e urbanas é influenciada pelo lugar. Tais diferenças entre essas áreas apresentam algumas características distintas, pois o rural é definido usualmente como o mundo não urbano ou não metropolitano. Enquanto a indústria e os serviços parecem ser características do meio urbano (ABRAMOVAY, 2000).

Para os autores Rocha (2013), Oliveira e Henrique (1990), além da estrutura da família, a dicotomia rural-urbana também é relevante para a compreensão e análise

das disparidades da população brasileira. Embora o intenso processo de urbanização tenha se instalado rapidamente no final do século XX, com uma grande quantidade de pessoas vivendo em situação de pobreza nas cidades, residentes do meio rural brasileiro também são historicamente relacionados às condições de vida e de trabalho mais precárias.

Características demográficas, familiares e localização da população são elementos importantes para compreender a desigualdade de renda no Brasil e nos seus estados federados, em especial no estado do Paraná. Na história do Brasil a desigualdade da renda se aprofundou a partir das décadas de 1960 e 1970, em decorrência das políticas econômicas focadas em investimento e o crescimento da produção, sem preocupação com aspectos distributivos. Com a redução dos salários reais e repressão da organização dos trabalhadores, o coeficiente de Gini na década de 1970 ficou acima de 0,60, portanto, ampliando a desigualdade de renda (MENDES,2014).

Segundo Barros, Carvalho e Franco (2006), as causas imediatas da queda da desigualdade de renda no Brasil estão diretamente ligadas às características demográficas, transferências de renda, remuneração de ativos, acesso ao trabalho, queda nas taxas de desemprego e participação no mercado de trabalho, incluído o papel da escolaridade, a experiência dos trabalhadores, das políticas contra a discriminação por raça e gênero e das diferentes formas de segmentação do mercado de trabalho. Além disso, acrescenta-se as peculiaridades da localização rural ou urbana da população.

No Estado do Paraná as melhorias que ocorreram na renda e na inclusão social da população brasileira se reproduziram de forma diferenciada. De acordo com Lourenço (2012), constatou-se uma tendência de melhoria generalizada das condições de vida da população, inclusive nas áreas rurais paranaenses. Foi possível observar a queda acentuada nas taxas de fecundidade, pobreza, desigualdade, mortalidade infantil, desemprego, analfabetismo, entre outras variáveis. Os resultados, do estudo mostram que na maioria das variáveis acompanhadas, a intensidade dos aprimoramentos no Paraná, apresentou desempenho inferior ao da Região Sul do Brasil, em mais de 2/3 deles. Dentre eles o menor peso dos recursos procedentes das transferências federais no orçamento das famílias, deterioração da violência urbana e taxa de analfabetismo. Ou seja, a desigualdade ainda está presente em muitos domicílios (LOURENÇO, 2012).

Assim, se percebe uma relação entre as diferenças e mudanças na composição familiar, com as localizações da zona rural e urbana no perfil da distribuição e apropriação da renda. Embora haja concentração de famílias pobres na zona urbana, da mesma forma, nas áreas rurais, há famílias em condições precárias. Diante disso, apresenta-se o problema de pesquisa, qual seja: quais os impactos das mudanças recentes observadas na estrutura das famílias sobre pobreza, no Estado do Paraná, comparando áreas rurais e urbanas? Para nortear a pesquisa, a hipótese para responder esse questionamento é de que, ao longo do período de análise, as transformações demográficas familiares, tendem a contribuir para a desigualdade de renda per capita e a pobreza familiar no estado do Paraná.

Embora o estado do Paraná apresente alguns índices favoráveis de crescimento econômico, há desigualdade de renda e pobreza em muitas famílias. O autor Lourenço (2012), ressalta que ainda ocorre a presença significativa da desigualdade de renda e pobreza nas famílias, bem como as mudanças demográficas tanto, no que se refere aos novos arranjos familiares. Por isso, este estudo trará um panorama da pobreza das famílias rurais e urbanas, assim como a desigualdade de renda e servirá de base para auxiliar a formulação de políticas públicas de desenvolvimento social e trazer possíveis melhorias no acesso a renda pela população mais vulnerável a pobreza.

Segundo IBGE (2021), a amostra familiar paranaense no último Censo Demográfico (2010), constava de 199,805 famílias e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) tinha cadastradas 415 mil famílias em programas sociais, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, apresentando algum grau de vulnerabilidade, pobreza ou miséria, ou seja, o Estado apresentava um percentual de 7,3% das famílias atendidas.

Pelo fato de o Paraná ser um estado com renda *per capita* significativa e baixos índices de pobreza, quando comparados com o restante do país, há poucos estudos de pobreza para o Paraná. No entanto, ao se estudar a situação da pobreza tanto do âmbito unidimensional ou multidimensional dos municípios paranaenses, nota-se que há algumas cidades que apresentaram proporção de pobres superior a 20%, que se encontram aglomerados, ou seja, municípios com baixo índice de pobreza estão cercados por municípios com a mesma característica e vice-versa (SILVA, BORGES e PARRÉ, 2013).

Diante do exposto, esse estudo tem como objetivo geral identificar e analisar os impactos das mudanças recentes observadas na estrutura das famílias e sua relação com a pobreza. O objeto do estudo é o estado do Paraná, comparando áreas rurais e urbanas.

Os objetivos específicos deste estudo são:

- i) caracterizar as unidades familiares, de acordo com a demografia etária, sexo, renda *per capita*, espaço rural-urbano.
- ii) identificar se há pobreza entre as famílias da área rural-urbana paranaense.
- iii) analisar a pobreza familiar da área rural-urbana paranaense ao longo do tempo.

Para nortear esta pesquisa, na sequência são apresentados: uma breve revisão da literatura sobre o assunto pertinente, ou seja, utilizar a metodologia que analise a pobreza em âmbito multidimensional referente ao âmbito geográfico do Estado do Paraná, o quadro teórico-conceitual sobre pobreza, distribuição de renda, núcleo familiar, áreas rurais e urbanas; os procedimentos metodológicos para atender os objetivos propostos neste estudo.

O trabalho está dividido em cinco seções, na primeira parte temos a introdução. O capítulo dois, traz a revisão literária sobre trabalhos referente a pobreza dimensional e multidimensional no Paraná, posterior a discussão dos principais conceitos de pobreza, as dimensões e índices de pobreza, bem como, as principais medidas de pobreza unidimensional e multidimensional, estão expostas as conceituações de família e sua estrutura, a conceituação sobre a distribuição de renda. No capítulo três são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa. Nesse capítulo também, está exposto o recorte geográfico, o período a ser analisado e as variáveis selecionadas para a construção do índice multidimensional de pobreza familiar (IPMF). O quarto e o último capítulo trazem as principais conclusões da pesquisa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O Estado do Paraná, desde a década de 1990, vem sendo considerado como tendo um crescimento econômico moderado de sua economia, apresentando taxa do Produto Interno Bruto superior à do Brasil, o que colocou o Estado como a quinta economia do país, com 6% de participação no Produto Interno Bruto (IBGE, 2000).

Além disso, se tende a observar uma grande melhoria nos indicadores socioeconômicos do Paraná, pois o Estado reduziu os seus índices de pobreza e miséria mantendo-se em melhor situação quando comparado ao Brasil. No entanto, a pobreza/miséria assolam as regiões do Estado, sejam em maior ou menor grau. Diante do exposto, a seguir tem-se o esboço de alguns trabalhos recentes que se fazem relevantes ao estudo proposto nesta pesquisa, bem como o aporte teórico desses estudos.

2.1 ESTUDOS EMPÍRICOS

Buscando encontrar trabalhos que tenham de alguma forma pesquisado o tema deste estudo e aplicado a metodologia de análise da pobreza multidimensional para a área geográfica em questão, o Estado do Paraná, na sequência desenvolveu-se uma breve exposição de trabalhos relevantes.

Os autores Albuquerque e Cunha (2012), aplicaram a metodologia da construção de um indicador de pobreza multidimensional, tendo como base linhas de pobreza utilizadas para o Paraná, quais sejam: em 1995, de R\$ 81,13 para a Região Metropolitana de Curitiba; R\$ 77,40 para a área urbana; e R\$ 70,46 para a zona rural, enquanto as linhas de extrema pobreza ou indigência foram de: R\$ 40,57 para a Região Metropolitana de Curitiba, R\$ 38,70 para a área urbana e R\$ 35,23 para a zona rural. Já em 2009, foram respectivamente, de R\$ 206,46 para a Região Metropolitana de Curitiba, R\$196,95 para a área urbana e R\$179,29 para a zona rural; enquanto as linhas de extrema pobreza ou indigência foram de: R\$103,23 para a Região Metropolitana de Curitiba R\$ 98,48 para a área urbana; e R\$ 89,65 para a zona rural.

Os resultados obtidos foi uma proporção significativa de pobres entre a população paranaense, de 27,9%, em 1995, e 20,4%, em 2009. Verificou-se que nas seis dimensões analisadas (condições habitacionais, saneamento, educação,

trabalho, renda e demografia), ocorreram avanços, reduzindo o grau de vulnerabilidade dos domicílios paranaenses. Apesar dos avanços na redução da pobreza, destacou-se o aumento da proporção de domicílios nos quais menos da metade dos membros em idade ativa se encontravam ocupados (ALBUQUERQUE e CUNHA, 2012).

Já para as análises isoladas das regiões metropolitana, urbana e rural o nível de pobreza foi mais intenso na região rural, na qual os indicadores foram sensivelmente maiores. Por outro lado, essa situação mostrou-se com menor gravidade na Região Metropolitana de Curitiba. Assim, a incorporação de outras dimensões, além da renda, para caracterizar e compreender a pobreza como um conjunto de privações, carências e vulnerabilidades foi relevante ao identificar possíveis soluções a fim de que a população não apenas deixe essa condição, mas sobretudo mantenha-se afastada dessa situação (ALBUQUERQUE e CUNHA, 2012).

Outro trabalho relevante é o estudo de Mata, Marin e Vieira (2017), com aplicação da metodologia da pobreza multidimensional para Região Sul do Brasil, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, com análise das dimensões: educação, condições domiciliares, saúde e condições sanitárias, renda e o trabalho. Os resultados apontaram que os três estados apresentaram um padrão de privações. No caso do estado de Santa Catarina, os municípios localizados nas Mesorregiões Serrana, Oeste e Norte; já no Estado do Rio Grande do Sul, os municípios das Mesorregiões Centro Oriental, Centro Ocidental e Noroeste; e, no Estado do Paraná nas Mesorregiões Sudeste, Centro Sul e Sudeste.

Constatou-se que no Estado de Santa Catarina os indicadores que apresentam menores privações foram: energia elétrica e itens domiciliares, mas o oposto ocorreu no Rio Grande do Sul, no qual esses indicadores se mostraram menos privados. Com relação ao Paraná tiveram maiores privações os indicadores relacionados aos tipos de esquadros das instalações sanitárias, anos de estudos, emprego e condições de ocupação (MATA, MARIN E VIEIRA, 2017).

Os autores corroboram com as conceituações de Sen (2000 e 2001), para o qual uma condição de não realização priva as pessoas da garantia de oportunidades reais para perseguir a vida que escolheram. Também destacaram a importância do cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional via Método Alkire Foster, que fornece um indicador sensível a incidência e a intensidade da pobreza, possibilitando a

inserção de diferentes dimensões e indicadores, a desagregação da medida por grupos, localidades e outras características.

Giovanatte e Raiher (2015), aplicaram a metodologia da análise multidimensional da pobreza para os municípios do Paraná, para o ano de 2010, utilizando o método fuzzy. Dentre os resultados da pesquisa destacam-se: a concentração de elevados níveis de renda, altos níveis de dependência, elevado número da população rural. Resultados elevados dos níveis destas variáveis tende a elevar o nível de pobreza. Ao passo que uma economia dinâmica com um PIB maior, mais oferta de emprego formal, formação de capital humano intenso, tenderiam a diminuir esses índices. Assim, como a vizinhança é positiva, políticas de combate à pobreza eficientes podem apresentar melhores resultados se forem elaborados ou disponibilizados regionalmente.

Da Silva, Borges e Parré (2013), com o objetivo de analisar a distribuição espacial da pobreza paranaense em escala municipal, assim como quais foram os seus determinantes, utilizaram a Econometria Espacial, a qual revelou presença de autocorrelação espacial da pobreza entre as áreas estudadas, explicando que a pobreza se relaciona com vizinhança em situação precária. Os resultados demonstram que na região Centro-Sul do Estado predominou a alta incidência de famílias pobres e duas regiões menores que apresentam pequena proporção de pobres. Ou seja, quanto maior a renda média e a urbanização, menores serão a incidência de pobreza.

Couto e Brito (2018), por meio de uma regressão logit a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 2004 e 2015, estudaram o impacto de conjuntos socioeconômicos de pobreza no Paraná. Os seus resultados evidenciam que, os impactos mais importantes foram verificados no aumento da escolaridade, na existência de aposentados ou pensionistas na família e à forma de inserção no mercado de trabalho em termos de posição na ocupação.

Noutro estudo, Couto, Brito e Couto (2015), visando descrever o perfil da pobreza paranaense com destaque em mudanças ocorridas entre os anos 2003 e 2013, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), foi realizada uma análise de dois indicadores: infraestrutura domiciliar e as características socioeconômicas dos responsáveis pelos domicílios. Os resultados apontaram melhorias nos diversos indicadores analisados tanto para os pobres, como para os não pobres.

Inferindo que, os pobres estão em uma situação relativamente inferior quando comparados com os não pobres. Destacando o aumento do acesso a bens de consumo doméstico sendo maior para os pobres, o que refletiu em melhorias da qualidade de vida dos domicílios. Em relação ao indicador, responsáveis domiciliares, encontrou-se maior vulnerabilidade dos pobres em termos de educação e mercado de trabalho. Isso indicou que as políticas de redução da pobreza no Paraná devem estar fortemente pautadas na melhoria do nível de renda, via investimentos na educação e na criação de oportunidades de empregos (COUTO, BRITO e COUTO, 2015).

Para analisar os impactos da pobreza e suas repercussões no bem-estar populacional das comunidades rurais brasileiras, Ximenes, Esmeraldo Filho, Xavier e Monteiro (2020), utilizou como metodologia a aplicação de um questionário com índice de pobreza (IPM), e a Escala de Bem-Estar Pessoal em algumas comunidades, como Pentecoste (Ceará), Cascavel (Paraná) e Humaitá (Amazonas). Foram entrevistados 1156 indivíduos, entre homens e mulheres. Ao comparar a média do IPM por município Pentecostes apresentou maior índice e Cascavel o município que apresentou menor índice de pobreza multidimensional.

Outros trabalho relacionado ao tema pertinente foram Gazolla, Aquino e Simonetti (2017), que analisaram as condições socioeconômicas e produtivas referente aos agricultores familiares em situação de pobreza no Paraná, visando traçar o perfil e compreender o grupo estudado utilizando-se para isso a teoria das capacitações de Amartya Sen. Evidenciando as características multidimensionais da pobreza rural dos agricultores familiares do PRONAF, sendo utilizado para o estudo dados do Censo Agropecuário do IBGE.

A análise possibilitou resultados, sobre o perfil dos agricultores familiares em situação de pobreza. Dos quais foi possível identificar um perfil extremamente precário, caracterizando-os com pouco área de terra disponível, fazem pouco uso de capital físico tecnológico, apresentam capital humano frágil, com baixos níveis de instrução formal, acesso reduzido à assistência técnica, o chefe do estabelecimento apresenta idade média elevada, baixo capital financeiro contando com auxílios de políticas sociais para completar a renda. Revelando que a pobreza se faz presente no âmbito da agricultura familiar tanto na forma unidimensional, quanto multidimensional (GAZOLLA, AQUINO E SIMONETTI, 2017).

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esse tópico trata da conceituação de pobreza, com suas inúmeras definições, de acordo com diversos autores, que apresentaram distintas concepções sobre a temática, como exemplos: Kageyama e Hoffmann (2006), que define pobreza como sendo algum tipo de privação; Rocha (2003) que trata das necessidades não atendidas de forma adequada; e, Sen (1980), que traz a abordagem da pobreza enquanto privação das capacidades básicas. Ou seja, conceitos desde a pobreza unidimensional, sendo analisado por uma única dimensão, até a evolução do conceito, passando a ser um fenômeno multidimensional, sendo analisado em suas múltiplas facetas.

2.2.1 Conceituando Pobreza

O conceito de pobreza apresenta diferentes definições, ou seja, não é consensual e por isso não tem uma única definição. Mesmo contando com uma vasta literatura sobre o assunto em todo o mundo, a pobreza no início era apenas vista como insuficiência de renda para garantir as necessidades de subsistência dos indivíduos. Por isso, a pobreza pode ser caracterizada em termos relativos ou absolutos, sendo estudados tanto dos pontos de vista econômico ou não econômico. O conceito de pobreza evoluiu e se ampliou reconhecendo que a pobreza é um fenômeno que vai além da falta ou insuficiência da renda, a pobreza está relacionada a algum tipo de privação (SOUSA, CUNHA e SOUZA JR, 2018).

Segundo Rocha (2003), a pobreza trata-se de um fenômeno complexo, mas que pode ser definido como uma situação na qual as necessidades básicas, não são atendidas de forma apropriada, ou seja, a população em situação de pobreza não consegue suprir as necessidades mínimas. A relevância da definição depende do padrão de vida, de como, as diferentes necessidades são atendidas, se o indivíduo não dispõe de meios suficientes para atender adequadamente as suas necessidades referentes ao contexto socioeconômico no qual vive. No caso em que as pessoas não têm renda suficiente para garantir alimentação adequada, acesso a água encanada, transporte e vestuário.

Para Kageyama e Hoffmann (2006), a pobreza está relacionada a algum tipo de privação, podendo ser material ou incluir outros elementos tanto de ordem cultural

quanto de ordem social, frente aos recursos disponíveis de uma pessoa ou família. Tal privação poderá ser de caráter absoluto, relativo ou subjetivo. Embora haja muitas discussões sobre o conceito da pobreza, em geral a forma comumente usada para medir a pobreza é o estabelecimento de um nível de renda que determina a linha de pobreza e mediante a esse valor determinado se caracteriza os indivíduos em situação de pobreza, extremamente pobres ou indigentes.

A linha da pobreza identifica e classifica como indivíduos pobres aqueles que estiverem com renda inferior a esse nível. Atualmente, no Brasil usa-se como parâmetro 0,5 salário-mínimo ou $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo. Este parâmetro é utilizado para designar população em vulnerabilidade e por meio de cadastro inserir em programas sociais. De acordo com o Ministério da Cidadania (MDS), o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, levando em consideração o valor estipulado de $\frac{1}{2}$ ou $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo vigente. Por meio disto, é selecionado e incluído as famílias de baixa renda em programas sociais (MDS,2021). No contexto familiar, a pobreza está relacionada aos recursos financeiros escassos da família para garantir as necessidades básicas de subsistência, a partir da soma da renda do domicílio.

Apesar da forma frequentemente utilizada para determinar quem é considerado pobre, seja a comparação da sua renda com um valor mínimo julgado necessário para ter participação adequada da vida social em um contexto específico, a chamada linha de pobreza é um parâmetro da renda abaixo do qual as pessoas são consideradas pobres.

Indiferente do método que seja utilizado para medir a incidência da pobreza e caracterizar pobres, sempre cabe lembrar que os resultados empíricos obtidos em termos destas medições e indicadores de pobreza e suas implicações para políticas sociais depende das conjecturas utilizadas no ponto de partida. Exemplo disso, são os países nos quais as necessidades básicas são atendidas, consideram-se pobres aqueles de fato relativamente pobres, não sendo vinculado à linha de pobreza, mas ao custo das necessidades básicas. Neste contexto, se as necessidades como alimentação, transporte e vestuário são satisfeitas pela renda *per capita*, então os pobres são considerados as pessoas que não são atendidas em outros aspectos, além do mínimo necessário a uma condição digna do indivíduo, ou seja, procura-se melhorar outros aspectos da vida cotidiana do indivíduo (ROCHA, 2003).

No caso brasileiro, a renda de grande parte da população é insuficiente para garantir o acesso a bens e serviços básicos, sendo assim, a linha de pobreza é associada ao conceito de pobreza absoluta. O ponto de partida é geralmente considerado as exigências nutricionais, sendo a alimentação a primeira necessidade básica a ser atendida. Assim, o valor necessário para aquisição de uma cesta básica com nutrição adequada é a chamada linha de indigência (ROCHA, 2000).

Ao longo dos últimos anos, dois tipos principais de estudos buscaram desenvolver estatísticas que classificassem o fenômeno da pobreza: i) os estudos estatísticos, que buscam medir a pobreza absoluta, a qual identifica as pessoas que estão com padrão de vida abaixo do que é considerado aceitável, portanto, indivíduos com rendimentos inferiores ao necessário para adquirir um conjunto mínimo de bens e serviços indispensáveis; e, ii) os estudos que buscam medir a pobreza relativa, por meio da qual identifica as pessoas que vivem em um nível de vida baixo, comparando com a sociedade em que vivem, logo, são indivíduos que se situam abaixo de um ponto qualquer na distribuição de renda. Tanto para medir pobreza absoluta ou pobreza relativa o indicador utilizado normalmente é a renda monetária, uma vez que as cestas de bens adquiridas nos mercados para satisfazer as necessidades dos indivíduos ou das famílias são adquiridas por meio da renda (SCHWARTZMAN, 2004).

Barros, Henriques e Mendonça (2000), e Codes (2008) corroboram com os estudos da pobreza relativa, afirmando ser possível analisar a pobreza a partir das situações de privações, na qual o indivíduo não consegue manter um padrão mínimo de vida, de acordo com referências estabelecidas em dado momento ou sociedade. No caso, no qual a unidade familiar ou indivíduo não consegue adquirir bens e serviços básicos para sua sobrevivência. Nesta concepção a pobreza relativa está relacionada diretamente com a desigualdade na distribuição de renda, comparado com o padrão de vida de uma sociedade, de modo que define como pessoas pobres aquelas que se encontram com renda inferior, quando comparadas àquelas que tenham uma melhor renda, uma condição melhor. É conceituada como a situação em que o indivíduo ao ser comparado aos outros, tem algo a menos, tais como: renda, melhores condições de emprego ou poder. Já a conceituação de pobreza absoluta está relacionada a um nível mínimo para suprir as necessidades, ou seja, um limite da pobreza ou a linha da pobreza, na qual o indivíduo está em situação de precariedade, sem condições de se manter minimamente .

No século XX, a pobreza passou a ser analisada pela ótica das necessidades básicas, além da escassez da renda, diferentes tipos de carência passaram a ser considerados, como aspectos que fornecem bem-estar e qualidade de vida. Por exemplo, oferta de serviços públicos, tais como, saneamento básico, saúde, educação, coleta de lixo, energia elétrica, água potável, transporte coletivo entre outros serviços (BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA (2000), e CODES (2008).

Amartya Sen, a partir da década de 1980, trouxe a abordagem da pobreza enquanto privação das capacidades básicas. A teoria das capacitações de Sen (2000) apresentou dois conceitos centrais para a análise da pobreza relativa: um diz respeito aos funcionamentos e outro as capacitações. De acordo com Sen (2000), por funcionamentos se entendem as várias coisas que uma pessoa pode ser ou fazer, o que é identificado nos aspectos mais simples, por exemplo, não passar fome, estar bem nutrido até aspectos mais complexos tais como a autoestima. O conceito de capacitações envolveria as liberdades instrumentais, o meio pelo qual um ser humano possui para gozar a vida segundo suas escolhas pessoais. Analisado desta perspectiva, a pobreza é tida como uma situação na qual a ausência de certas condições mínimas de subsistência ou possibilidades impedem os indivíduos de ser e fazer o que desejam, tornando-se privados de algumas liberdades efetivas.

Dessa forma, ela não é apenas uma situação de renda insuficiente (pobreza econômica), mas, sobretudo, uma situação de vulnerabilidade que decorre de carências no acesso a capacitações fundamentais, como saúde, educação, nutrição, segurança protetora, entre outras. Nesse caso, a pobreza pode ser entendida como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um valor estabelecido. As capacidades básicas são a privação de uma boa alimentação, em quantidades suficientes e qualidade, a privação de abrigo adequado, sem acesso a moradia digna, privação de educação de qualidade bem como gozar de uma boa saúde entre outras (SEN,2000).

De acordo com o Banco Mundial (1978 e 2000), a pobreza é a privação de bem-estar, podendo ser medida pela posse de renda, condições de saúde e nutrição de um indivíduo, nível de educação, posse de bens, condições de moradia, falta de oportunidades, impotência, vulnerabilidade e direitos em uma sociedade, como liberdade de expressão. Ou seja, a pobreza é um fenômeno multidimensional, sendo a privação de um conjunto de elementos que garantem uma condição de vida saudável e digna aos indivíduos para que eles possam viver bem. No que tange a

pobreza absoluta, ela é uma condição de vida caracterizada por desnutrição, analfabetismo, alta mortalidade infantil e baixa expectativa de vida, logo, estar em uma condição na qual o acesso ao mínimo de subsistência não está disponível a esse grupo, indivíduo ou família, o que caracteriza estar abaixo de qualquer definição razoável de decência humana.

Ainda segundo o Banco Mundial (2020), a definição de linha de pobreza ou linha internacional de pobreza é o limite monetário criado, que designa em qual momento um indivíduo está vivendo em situação de pobreza. Assim, se uma pessoa tem renda menor do que a verificada como linha de pobreza em seu país, ela pode ser considerada pobre. Para o cálculo, é utilizado o índice de pobreza extrema referente à nação, baseado no valor com que um cidadão adulto necessita para seu sustento. É a partir deste número estimado, convertendo em dólar, resultando desta operação a linha de pobreza de cada país. Em uma escala global, a atual linha de pobreza referente ao ano de 2020 foi avaliada em US\$ 1,90 diário, logo, R\$ 10,81 (valor em reais referente ao ano de 2020). Para o Banco Mundial, a diferença nesse índice é verificada conforme o país e o período, considerando o custo de elementos básicos como moradia, roupas e alimentos.

Para Rocha (2001), no Brasil a atualização da linha de indigência, é realizada mantendo-se inalterada a composição da cesta alimentar, mantendo as quantidades de alimentos que foram estabelecidas inicialmente e inclui os novos preços referente aos bens da cesta de consumo.

Geralmente, baseadas na renda, a pobreza costuma ser definida por medidas unidimensionais, medidas essas que ao se adotar um indicador isolado não consegue captar as múltiplas dimensões da pobreza. Assim, a definição de pobreza multidimensional busca englobar todos os tipos de privações que os indivíduos vivenciam no seu dia a dia. Algumas destas privações podem ser relacionadas a saúde, onde leva-se em conta, por exemplo, a desnutrição infantil ou mortalidade de crianças. Trabalho e educação precária, onde a pessoa é privada de boa educação e conseqüentemente tendem a obter postos de trabalho com remunerações insuficientes ao seu sustento ou de sua família. Outros exemplos, podem ser citados como a falta de empoderamento, ameaça de violência, más condições de habitação desde o local da moradia, bem como, o tipo da construção, a falta de acesso a água potável, saneamento básico adequado e eletricidade, entre outras. Por meio do índice da pobreza Multidimensional (IPM), pode-se captar tais privações. Esse índice

demonstra que a incidência da pobreza em múltiplas faces, ou seja, não se relaciona apenas com o rendimento, mas sim com a sua intensidade. Baseado nos limites dessa intensidade, o Índice de Pobreza Multidimensional classifica os indivíduos como pobres, pluridimensionalmente pobres ou em situação de pobreza grave (PNUD, 2014).

Com base nos autores supracitados, o Quadro 1 apresenta uma síntese resumida dos conceitos de pobreza. Definindo pobreza, pobreza extrema, pobreza absoluta, pobreza relativa, pobreza multidimensional e a chamada linha de indigência.

Quadro 1 - Resumo dos conceitos de pobreza

Tipos de pobreza	Conceituação de pobreza	Autor(es)
Pobreza	Estão na pobreza e são pobres os indivíduos cuja renda <i>per capita</i> é inferior ao valor que corresponderia ao necessário para atender as necessidades básicas (alimentação, transporte, saúde, lazer, educação; etc).	ROCHA (2003).
Pobreza extrema	Sua estimativa fundamenta-se nas estruturas do consumo alimentar, observadas nas populações de baixa renda do país. A partir delas se estabelecem as cestas básicas capazes de atender, aos menores custos, as necessidades nutricionais médias. Os valores em reais destas cestas básicas, são as linhas de pobreza extrema.	ROCHA (2003); KAGEYAMA e HOFFMANN (2006).
Pobreza ou linha de indigência	É definido como indigentes indivíduos cuja renda familiar <i>per capita</i> é inferior ao valor necessário para sua subsistência.	ROCHA (2003).
Pobreza absoluta	Entende-se como linha de pobreza absoluta o valor constante em termos reais, que está atrelado a algum critério fixo, como o mínimo necessário para obter uma determinada cesta de bens.	KAGEYAMA e HOFFMANN (2006),
Pobreza relativa	Por linha de pobreza relativa entende-se aquele valor fixado em relação a renda média ou mediana da população.	BARROS <i>et al</i> (2000); CODES (2008).
Pobreza multidimensional	Engloba todos os tipos de privações que os indivíduos vivenciam no seu dia a dia. A abordagem multidimensional se divide em abordagem das necessidades básicas e a abordagem das capacitações.	BANCO MUNDIAL (1978 e 2000).; SEN, (2000); BARROS <i>et al</i> (2006).

Fonte: resultados da pesquisa

Expostos os conceitos de pobreza e suas formas de estudo, na sequência será abordada as dimensões da pobreza.

2.2.2 Dimensões da Pobreza

O fenômeno da pobreza pode ter duas dimensões: a dimensão da pobreza unidimensional que leva em consideração a renda e o consumo, levando em consideração a renda *per capita* e o consumo de uma cesta de bens que supre as necessidades básicas. No que tange a dimensão da pobreza multidimensional, ela engloba diversos tipos de privações da população em questão (ALKIRE, FOSTER, SETH, SANTOS, ROCHE e BALLON, 2015).

As medidas de pobreza, mais usadas utilizam como fundamento teórico as abordagens unidimensionais, pois levam em consideração somente a variável renda monetária. Medidas baseadas na renda, são as linhas de pobreza e indigência. Para o cálculo do índice unidimensional de pobreza, por meio dos rendimentos, se usam dois procedimentos: a definição de uma linha de pobreza e o outro é agregação dos dados. A linha de pobreza é uma medida que capta a extensão da medida, no entanto, não capta a intensidade. Ou seja, não é possível captar quanto o pobre está abaixo desta linha, bem como, se a renda do indivíduo diminuir, esse diferencial não terá influência sobre o índice de pobreza (FAHEL, LEITE e TELES, 2014).

Na abordagem da pobreza monetária absoluta, o número de indigentes e de pobres de uma região é identificado por meio das linhas de indigência e pobreza. Como linha de indigência se baseia no valor necessário, para a aquisição de uma cesta alimentar básica, tendo em vista que o consumo alimentar será o mínimo, permitindo apenas a sobrevivência do indivíduo. A linha de indigência é definida como, o valor inferior ao da linha de pobreza, uma vez que, a linha de indigência acrescida do valor monetário que faça frente às despesas básicas de transporte, vestuário e moradia é a linha de pobreza. A escolha de uma medida de pobreza monetária, com base nos rendimentos ou no consumo realizado pelas pessoas, famílias, domicílios, cidades, estados ou mesmo países, é justificada devido a disponibilidade de informação, assim como pelo entendimento de que a renda é um determinante importante na decisão de quanto cada pessoa pode consumir (FAHEL, LEITE e TELES, 2014).

Para Rocha (2006) e Santos (2019) quando se trata de medir pobreza pela ótica da renda, a variável relevante utilizada é a renda domiciliar *per capita* (RDPC). Com uma abordagem denominada de linha de pobreza e linha de indigência. A caracterização de linha de pobreza é definida como pobres, indivíduos ao qual a renda *per capita* atende todas as necessidades básicas, tais como alimentação, moradia, transporte, educação, saúde, lazer entre outros. Com relação à linha de indigência, ela é caracterizada como indigente aquela pessoa cuja renda per capita é inferior ao necessário para suprir as necessidades básicas. A pobreza definida pela ótica unidimensional, pode inclusive ser caracterizada como parte da pobreza multidimensional, mesmo que haja uma tendência em estudar a pobreza de forma mais ampla, incluindo aspectos além da renda para sua quantificação. Contudo o aspecto monetário deve ser incluído nas análises.

No que tange a pobreza multidimensional, Vaz e Jannuzzi (2014) afirmam que por se tratar da natureza complexa das características, dimensões e com muitas faces devido a diversidade de públicos e como a pobreza se manifesta. As diversas dimensões da pobreza podem se manifestarem de formas específicas e acometer um grande ou pequeno número da população.

Assim, utilizar a dimensão multidimensional da pobreza, possibilitará ampliar o foco de investigação para além da insuficiência de renda. Ou seja, ampliar o estudo para o atendimento das necessidades básicas e incrementar a definição de pobreza com informações sobre a renda, considerando características como sociais, culturais e políticas, das quais influenciam o bem-estar populacional (ARAUJO, MORAIS e CRUZ, 2013).

Levando em consideração as dimensões que a pobreza retrata, tem-se diferentes metodologias para medir seus índices e mensurar a pobreza em todas as suas facetas.

2.3 ÍNDICES DE POBREZA

Com diversas metodologias para medir a pobreza, não há um consenso entre os autores que estudam o fenômeno, sobre qual seria o mais adequado. Diante disso, a seguir descreve-se com base na literatura de diversos autores sobre o tema, visando conceituar as dimensões da pobreza.

2.3.1 Medidas de Pobreza Unidimensional

Para os autores Lopes, Macedo e Machado (2003), as medidas de pobreza podem ser monetárias ou não monetárias, e o conceito de pobreza como insuficiência de renda gera indicadores decorrentes baseados em linhas de pobreza. Nesse caso, a linha de pobreza é considerada como sendo o valor da linha de Indigência, mais o montante de renda necessário para adquirir além da cesta alimentar necessária, para suprir as despesas básicas com transporte, vestuário e moradia. Estas são medidas absolutas de pobreza que permitem identificar o número de pobres de uma região. A vantagem destacada deste tipo de indicador é que este permite comparar a pobreza entre regiões. Assim como, evidenciam a falta de recursos necessários à reprodução do ser humano, inclusive a física. A crítica em relação a este indicador é que este não capta todas as dimensões da pobreza, uma vez que o nível de bem-estar dos indivíduos é determinado por um conjunto complexo de fatores, não somente a renda.

As pesquisas domiciliares investigam cada vez mais, uma grande variedade de variáveis socioeconômicas que são capazes de refletir as várias faces das condições de vida de uma população. Por isso, é possível identificar quem e quantos são os pobres e a determinação do perfil destes. Ou seja, a renda é um determinante importante na decisão de quanto cada pessoa pode consumir (ROCHA, 2001).

Para os autores Barros, Carvalho e Franco (2006), além da necessidade de uma medida escalar para definir políticas e assim classificar pobres e não pobres, as famílias acessam bens e serviços que determinam o seu bem-estar, sendo necessário recursos monetários, ou seja, a insuficiência monetária acaba sendo um dos principais determinantes da carência das famílias.

No estudo de Kageyama e Hoffmann (2006), ao se estabelecer a linha de pobreza baseada na renda e incrementando mais três elementos não monetários como água potável, banheiro e luz elétrica, para complementar a renda e identificar pobres, o indivíduo que estiver com renda domiciliar *per capita* acima do valor estabelecido como linha de pobreza e no domicílio possuir mais dois dos três elementos definidos, consideram-se não pobres. Contudo, considera-se em extrema pobreza as pessoas com renda abaixo da linha de pobreza e cujo domicílio não possui nenhum dos elementos definidos. Se o domicílio possui pelo menos um dos elementos incrementados mesmo que a renda *per capita* seja inferior a linha de pobreza, então diz-se que está em situação de pobreza tipo I, no caso em que as pessoas com renda

acima da linha de pobreza com pelo menos dois dos elementos adicionados consideram-se pobre tipo II.

Assim, como exposto, as medidas unidimensionais são embasadas unicamente na renda, o que faz com que os diferentes aspectos da vida das pessoas não sejam mensurados. Contudo, é sabido de que o uso de identificação dos pobres com base nos seus rendimentos é frequentemente utilizado. Então, a mensuração de pobreza somente sobre o aspecto unidimensional precisa ser ampliada com a introdução de outros aspectos peculiares, que exprimem uma melhor caracterização desse fenômeno, contribuindo para aprimorar o entendimento de suas causas e, como consequência, eles tendem a auxiliar na formulação de políticas públicas mais direcionadas para a possível minimização do problema. No que tange às medidas multidimensionais, embora analisem diversas dimensões de pobreza da vida dos indivíduos estudados, elas são mais difíceis de operacionalizar devido ao grande número e a diversidade de informações (VIEIRA, 2017).

2.3.2 Medidas de Pobreza Multidimensional

Para medir a pobreza no contexto multidimensional, os indicadores seguem duas abordagens: a abordagem das necessidades básicas e a abordagem das capacitações. A abordagem das necessidades básicas incorpora valores morais, de justiça, liberdade e dignidade, na avaliação da pobreza. Ela procura comparar a situação de cada lugar como uma cesta de bens que apresenta as necessidades mínimas a serem satisfeitas. Esta abordagem considera essencial o acesso a alguns bens, de modo que sem estes os cidadãos não seriam capazes de usufruírem uma vida minimamente digna. Como água potável, rede de esgoto, coleta de lixo, acesso ao transporte público e educação, que são bens necessários para que os indivíduos possam levar vidas saudáveis e tenham chances de inserção na sociedade (SALAMA e DESTREMAU, 2002).

Para Rocha (2006), a abordagem das necessidades básicas vai além daquelas definições de alimentação ou nutrição, pois procura incorporar uma noção mais ampla das necessidades humanas, tais como: educação, saneamento e habitação. Essa noção de pobreza abrange outros aspectos da vida cotidiana dos indivíduos, pelo fato de que os indivíduos necessitam mais do que alimentos, as pessoas trabalham se relacionam, ou seja, possuem uma vida social.

A abordagem das capacitações é focada na avaliação da fome, pobreza, desigualdade, defendendo que os agentes de mudança, cuja situação de bem-estar, depende das oportunidades que lhes são oferecidas não só como consumidores, mas em todas as esferas sociais. Nesse caso, o bem-estar é medido pelos funcionamentos e capacitações. No caso dos funcionamentos relacionam, o que os indivíduos avaliam ser e fazer, ou seja, estaria relacionado às condições de vida. As capacitações como a habilidade dos indivíduos, de atingir diferentes combinações de funcionamentos e de permiti-los perseguir seus próprios projetos pessoais de vida. As capacitações se relacionam com a ideia das oportunidades reais que os indivíduos dispõem, definindo a liberdade de escolha da vida que eles desejam (CANOVA, GRASSO, VAGLIO, DI GIULIO, MIGLIAVACCA, LELLI e PAREGLIO, 2005).

Como já mencionado, para Sen (2000), a pobreza está relacionada às restrições que impossibilitam a realização das capacitações, ou seja, é a privação de capacidades básicas. Baseado neste contexto, e fazendo uso da abordagem das capacidades, o Programa das Nações Unidas (PNUD) usa como indicador multidimensional o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O qual tem o objetivo de caracterizar os aspectos fundamentais do desenvolvimento humano, ressaltando as oportunidades que os indivíduos devem ter na vida de forma a permiti-los a opção de inserção social. O IDH é a média aritmética simples de três variáveis: saúde/longevidade; nível de educação; PIB real em dólares por paridade poder de compra.

Em meados dos anos 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), criou os Índices de Pobreza Humana (IPH-1 e IPH-2). Embora, esses índices estimem o nível médio de pobreza para uma dada localidade, é a partir desses índices que a ideia de construir um indicador escalar, que sintetizasse todas as dimensões da pobreza humana começou a tomar maior impulso (PNUD, 1990).

Atualmente, tem-se buscado construir medidas escalares de pobreza, das quais levam em consideração diversas dimensões. Para o caso brasileiro, de acordo com Barros, Carvalho e Franco (2006), uma abordagem multidimensional para a pobreza, deve seguir a conceituação de pobreza sob o enfoque das necessidades básicas e das capacitações. Ao inferirem que a pobreza é sem dúvidas um fenômeno multidimensional e que há a necessidade de ordenar países, estados, municípios,

bairros, momentos no tempo, grupos sociais e mesmo famílias, faz-se necessário ter uma medida escalar da pobreza multidimensional.

Buscando superar as limitações dos IPHs da PNUD, os autores elaboraram um indicador de pobreza similar ao IPH, mas que pode ser calculado para cada família a partir de informações comumente disponíveis em pesquisas domiciliares contínuas como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). O índice permitiu avaliar a evolução ao longo do tempo das diferenças entre regiões geográficas, o perfil e as diversas características da pobreza.

Em seu trabalho, Barros, Carvalho e Franco (2006) formularam um índice escalar multidimensional de pobreza familiar baseados nas informações da PNAD. Utilizando para elaborar este Índice de Desenvolvimento da Família, 6 dimensões, 26 componentes e 48 indicadores. Uma das vantagens do indicador é a possibilidade de desagregar os dados podendo assim mensurar a pobreza para grupos demográficos distintos. Com informações reunidas na PNAD, as 6 dimensões avaliadas no trabalho dos autores foram: vulnerabilidade; acesso ao conhecimento; acesso ao trabalho; escassez de recursos; desenvolvimento infantil e carências habitacionais. De tal forma que as dimensões mais básicas da pobreza que comumente são consideradas, exceto as condições de saúde, foram incluídas. Representando a falta de acesso aos meios necessários para as famílias satisfazerem suas necessidades ou a existência de necessidades básicas insatisfeitas. O indicador construído é uma agregação ao longo da linha proposta por Chakravarty, Mukherje e Ranade (1998), fundamentados por Barros, Carvalho e Franco (2006), para obter o grau de pobreza de contingentes tanto geográficos como demográficos.

Com o objetivo de analisar os indicadores da pobreza em âmbito multidimensional para as regiões metropolitanas brasileiras, Todeschini e Baço (2015), calcularam as dimensões da renda, educação e infraestrutura familiar, referente ao ano de 2011. A partir destas dimensões foi possível observar que as regiões metropolitanas localizadas no norte e nordeste brasileiro são as que apresentam número maior de pobres, quando comparados os três indicadores. Ao analisar as dimensões separadas, outras regiões aparecem entre os piores índices. A pobreza educacional se mostrou maior entre todas, indicando que a oferta de salários mais atrativos nas grandes regiões, mesmo para uma baixa escolaridade, resulta em menor escolaridade. Revelando esse indicador como o responsável pela pobreza

multidimensional das regiões metropolitanas, indicando que tal fato, gera a desigualdade de oportunidades de ascensão educacional entre as regiões brasileiras.

Souza Penteado, Nascimento e Raiher (2020), enfatizaram que a desigualdade social brasileira, tem como consequências o empobrecimento de uma parcela importante da população. Os resultados do estudo, demonstram que em 2001, o percentual de domicílios chefiados por homens era maior do que os chefiados pelas mulheres. No entanto, em 2015, percebe-se a alteração neste cenário, com o aumento dos domicílios chefiados por mulheres apresentando condições de pobreza maiores do que aqueles chefiados pelo sexo masculino. Comprovando assim, que existe um processo de feminização da pobreza brasileira. De maneira geral, essa condição pode ser explicada pela alteração das novas estruturas das famílias, juntamente com as diversas atribuições que a mulher desempenha tanto no lar como na sociedade.

Diante das mudanças nos núcleos familiares e a diminuição da pobreza e da desigualdade de renda brasileira, Barros, Carvalho e Franco (2006) elaboraram um índice escalar multidimensional de pobreza familiar, para mensurar a pobreza seguindo a conceituação da pobreza com enfoque das necessidades básicas e das capacitações. Este índice representou a falta de acesso aos meios necessários para as famílias satisfazerem suas necessidades ou a existência de necessidades básicas insatisfeitas. Em suma, há várias formas de mensurar pobreza multidimensional e unidimensional, conforme a conceituação de pobreza usada. Em geral, esses indicadores focam o indivíduo, cabe saber como se relaciona com a família e sua estrutura.

2.4 FAMÍLIA E SUA ESTRUTURA

De acordo com Engels (1984), a primeira etapa da família foi a família consanguínea, na qual os grupos conjugais classificaram-se por gerações e as relações de matrimônio eram realizadas entre esses grupos. Quando a família consanguínea evoluiu, surgiu a punaluana, mantendo o casamento entre grupos, sendo entre eles considerados comuns maridos e mulheres, passando a excluir as relações conjugais mantidas entre irmãos. Neste período passou a ser condenado o adultério e entre alguns povos ocorreu a proibição dos matrimônios consanguíneos.

Posteriormente, a família punaluana foi substituída pela família sindiásmica, caracterizada pelo estado da barbárie, sendo marcada pela redução do círculo

conjugal. A próxima forma de caracterizar família se deu pela forma de garantir a paternidade e posterior direito à herança pela filiação paterna, quando ocorreu a transição para a família patriarcal, típica da civilização atual. Antes a mulher era o centro, mas na patriarcal o homem passou a desempenhar papel fundamental na família, sendo conferido a ele o pátrio poder sobre toda sua família. A família patriarcal é constituída essencialmente por laços biológicos e busca o poder econômico, político e religioso, tendo como função primordial a manutenção das condições de vida e o *status* social. A família como é conhecida atualmente, teve sua origem na civilização romana, tomando como ponto de partida o modelo familiar patriarcal hierarquizado. A origem etimológica da palavra família, vem do latim *famulus*, quer dizer “escravo doméstico”, e então, família é o conjunto de indivíduos pertencentes e dependentes de um chefe ou senhor (ENGELS, 1984).

O modelo familiar foi construído para atender aos interesses do Estado, uma vez que, fortalecendo a família, o Estado conseqüentemente estaria mais forte. Com o surgimento do patriarcalismo, deu-se início a prática dos casamentos por conveniência que ao longo do tempo se proliferaram substancialmente. Passando do casamento afetivo ao institucional, que tinha como objetivo assegurar o patrimônio, dando origem à família parental, patriarcal, senhorial, patrimonial. Ou seja, definido pela existência de um pai e uma mãe com seus filhos sob o poder pátrio, em que o matrimônio familiar deve ser mantido para a segurança econômica da família. Assim, a família acabou por mascarar interesses patrimoniais (BARROS, 2002).

No caso brasileiro, a constitucionalização da família brasileira teve início com a expansão portuguesa no Brasil Colônia e o arcabouço legislativo *Corpus Juris Civilis*, no qual foi introduzido os diversos ordenamentos jurídicos, e passou a vigorar as Ordenações Filipinas até 1916, quando nasce então o primeiro Código Civil brasileiro. O Código Civil de 1916 foi produzido tendo como seu pilar o patrimonialismo e o individualismo. A família era caracterizada pela figura do pai detentor do poder patriarcal, as relações familiares eram baseadas nos princípios, em que pai, mãe e filhos tinham papéis específicos (BARROS, 2002).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para a execução da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, definiu como uma família o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residem na mesma unidade domiciliar. Contudo, para operacionalizar o conceito de família, os institutos de pesquisa restringem o escopo

da família ao grupo domiciliar. Assim, nos censos demográficos e outras pesquisas domiciliares como a PNAD, o alcance máximo de uma família vai até os limites físicos da moradia. A família é definida pelos laços de parentesco e de ajuda mútua, no entanto, se vier a ocupar dois domicílios será considerado ou contabilizado como sendo duas famílias. Assim sendo, família e domicílio estão, intrinsecamente, relacionados nos censos demográficos (ALVES e CAVENAGHI, 2005).

Atualmente, com as modificações constitucionais inaugurou o novo direito de família no Brasil. No artigo 226 da Constituição Federal de 1988, traz a ampliação do conceito de família reconhecendo outras formas de constituição da família, tais como união estável e a família monoparental, com garantias de proteção do Estado. Por volta dos anos 1990, as famílias brasileiras começaram a passar por mudanças, com a construção de um novo modelo familiar, marcadas pela diminuição do tamanho e o desenho de uma diversidade nos arranjos domésticos e familiares, surgindo diversos moldes. O conceito de família, influenciado diretamente pela sociedade e cultura ao longo do tempo, devido ao fato de que conforme as sociedades evoluem, as famílias se reestruturam, visando atender as novas realidades dos indivíduos. Deste modo, na sociedade atual não existe apenas a família tradicional, ou seja, aquela formada por pai, mãe e filhos adotivos ou não. Atualmente, o conceito de família leva em consideração diversos aspectos como afetividade emocionais, o que abre o leque de modelos e fomenta a pluralidade do conceito (GOLDANI, 2013).

Ao longo dos séculos as sociedades vão se modificando em todos os seus aspectos e com as configurações das famílias não são diferentes. Para Dias (2016), a Constituição da República transformou as relações familiares, dando aos demais vínculos familiares a visibilidade, uma vez que anteriormente somente o casamento merecia reconhecimento e proteção, aumentando com isso o aspecto da família, assim, o princípio do pluralismo das entidades familiares é encarado como o reconhecimento pelo Estado da existência de várias possibilidades de arranjos familiares.

Noutra linha de análise, Prado (2017), afirma que a família é o conjunto de pessoas que possuem grau de parentesco ou laços afetivos e vivem na mesma casa formando um lar. Dependendo da época histórica pode-se designar as diferentes formações para família ou unidade familiar. Uma família tradicional é normalmente formada pelo pai e mãe, unidos por matrimônio, e por um ou mais filhos, compondo uma família nuclear ou elementar e é considerada uma instituição responsável por

promover a educação e cuidado dos filhos, bem como, a responsável por influenciar o comportamento deles no meio social. Assim, o papel da família é relacionado com a socialização. Nesse processo são transmitidos os valores morais e sociais, bem como as tradições, os costumes e os conhecimentos perpetuados através de gerações pela lei. Por isso, espera-se que o ambiente familiar seja um lugar de afeto, cuidado, segurança, conforto e bem-estar proporcionando o respeito à dignidade de cada um de seus membros.

A família, conceituada para criação dos filhos baseada na união entre homem e mulher foi perdendo esse caráter de unidade familiar com a construção de um conceito mais restrito entre pai, mãe e filho. Com essa mudança na principal base ou mesmo, o caráter que definia essa união, a família brasileira teve seus moldes e conceitos mudados. Sendo constituída não apenas entre homem e mulher, mas com uma nova configuração familiar. Com a atual demografia brasileira pode ser definido diversos tipos de famílias ou núcleos familiares (PRADO, 2017).

A família pode ser, família nuclear e família extensa, que normalmente é composta pelos pais e irmãos, enquanto a família extensa é composta por avós, tios, primos etc. Outra forma de representação pode ser citada a família matrimonial que é definida pela oficialização do matrimônio (civil ou religioso). Nesse caso, o casal pode ou não possuir filho (biológicos ou adotivos). No caso da família informal possui a mesma configuração e o mesmo amparo legal da família matrimonial, entretanto, é baseada na união estável. Já a família monoparental apresenta em sua composição apenas um dos progenitores: pai ou mãe. Independente dos motivos que conduzem a essa formação: morte, abandono, divórcio ou decisão voluntária. Outro tipo de família é a anaparental, o termo em si refere-se à ausência dos progenitores, nas quais os irmãos vivem em um mesmo lar sem a presença dos pais. A família reconstituída, como o nome sugere é a família formada por um novo matrimônio, quando pelo menos um dos cônjuges possui um filho de um relacionamento anterior. Já no caso da família unipessoal é o caso em que a constituição da família é de apenas uma pessoa, a qual vive sozinha por conta da viuvez, do divórcio ou por não haver estabelecido nenhuma outra configuração familiar, esta formação possui um valor jurídico, tendo em vista a proteção de bens e heranças (PRADO, 2017).

Dentre as diversas constituições familiares brasileiras, inúmeras delas se encontram em situação de vulnerabilidade social, independente do espaço geográfico em que vivem. Residentes na zona rural, o problema da pobreza se relaciona com a

falta de acesso ao processo de modernização da agricultura, seja por falta de recursos financeiros ou de terras, seja por falta de qualificação da mão de obra. Na zona urbana o grande êxodo rural, fenômeno que se acentuou no Brasil a partir do ano 1960. A mecanização da agricultura tirou o homem do campo e criou um processo acelerado de crescimento das grandes cidades, formando bolsões de pobreza nos centros urbanos (PEREIRA, 2017).

No Quadro 2, apresenta-se definições de famílias ou núcleos familiares de acordo com os autores citados.

Quadro 2 - Resumo dos tipos de famílias ou núcleos familiares

Família nuclear e Família extensa	A família nuclear composta pelos pais e irmãos, enquanto a família extensa é composta por avós, tios, primos etc.
Família matrimonial	Definida pela oficialização do matrimônio. Casal pode ou não possuir filhos
Família informal	É baseada na união estável.
Família monoparental	É a família composta por apenas um dos progenitores: pai ou mãe.
Família Anaparental	Os irmãos vivem em um mesmo lar sem a presença dos pais, ou um lar a partir apenas de relações de afeto e amizade
Família reconstituída	Formada por um novo matrimônio, quando pelo menos um dos cônjuges possui filho, de um relacionamento anterior.
Família Unipessoal	Apenas uma pessoa que vive sozinha por conta da viuvez, divórcio ou por não haver estabelecido nenhuma outra configuração familiar.
Família	conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, pertence a uma unidade familiar.

Elaboração própria com base em Prado, 2017 e Alves, 2005.

Diante de toda essa nova configuração da unidade familiar e da geração de massas de populações vulneráveis, fica notória como a distribuição dos rendimentos é desigual em todos os espaços da sociedade.

2.5 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Hoffman (2019) definiu distribuição de renda como sendo a renda nacional dividida entre as diversas categorias de indivíduos da sociedade. Ou seja, o montante de renda apropriado por cada um dos segmentos da população. Um indicador social

da repartição ou concentração de riqueza gerada por um país, sendo útil para aferir a situação das diferentes camadas da população. O Coeficiente de Gini é outra medida utilizada para calcular a desigualdade na distribuição de renda, consiste em uma escala entre 0 e 1. Quanto mais se aproxima de 1, maior é a concentração da renda, quanto mais próximo de zero, mais igualitária é sua distribuição. Ainda outra ferramenta estatística é a Curva de Lorenz, que se trata de uma representação gráfica da razão entre a população e o total da renda.

A Curva de Lorenz inicia no ponto (0,0), em que não há renda alguma; e termina no ponto (100,100), quando todos foram contados e toda a renda foi acumulada. Sempre crescente, com a atribuição da nova renda advinda da próxima pessoa, por menor que seja, sendo somada ao total, se existem pessoas com renda zero, a Curva é plana até a primeira pessoa com renda positiva. A linha reta diagonal ligando os pontos (0,0) e (100,100), é chamado de Reta da Igualdade Perfeita, representando uma situação hipotética na qual todos têm o mesmo rendimento. O dobro da área entre a Reta da Igualdade Perfeita e a Curva de Lorenz é uma das medidas de desigualdade mais usadas, o Índice de Gini, que varia de 0 para igualdade perfeita e 1 desigualdade total (SOARES, 2006).

No que diz respeito ao grau de desigualdade de renda no Brasil, esse número é de uma ordem de magnitude completamente diferente ao relacionado a outros países, pois a renda de um indivíduo brasileiro entre os 10% mais ricos em média, é 30 vezes maior do que a renda de um indivíduo entre os 40% mais pobres. Fato que coloca o Brasil em uma posição de destaque entre os vários países no mundo, apresentando o mais elevado grau de desigualdade, ao comparar com outros países no mundo para os quais existem dados sobre a distribuição de renda. Utilizando como medida de desigualdade a razão entre a proporção da renda apropriada pelos 10% mais ricos e a proporção da renda apropriada pelos 40% mais pobres (SOARES, 2010).

No Brasil, os estudos sobre distribuição de renda têm privilegiado a investigação do nível de desigualdade de renda entre pessoas, com base em informações obtidas através de pesquisas domiciliares (Censo demográfico ou Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). De acordo com o trabalho de Almeida-Gabriel, Luz, Costa e Ribeiro (2021), por meio dos dados da PNAD de 2015, ficou claro as disparidades da população em relação as áreas urbanas e rurais brasileiras. Em 2015, enquanto a população urbana era de 173,6 milhões de

habitantes a população da área rural era de 31,3 milhões de pessoas, ou seja, um percentual de 54,34% da população domiciliado na zona urbana, a mais do que os residentes na zona rural.

Ao relacionar a renda média desta população ficou nítido a percepção das desigualdades de renda entre essas áreas. Nesse período, a renda média urbana foi de R\$ 1.947,90, enquanto na zona rural era de R\$ 554,24. De acordo com os autores, o índice de Gini pela renda domiciliar *per capita* (RDPC) com decomposição em 11 parcelas, somado o efeito-composição e efeito concentração, demonstrou que houve queda na desigualdade de renda tanto na população rural como na população urbana, no entanto, em graus diferentes. Isso mostra que apesar da diminuição da desigualdade de renda no período 2004 e 2015, ocorreram disparidades em relação a área geográfica (ALMEIDA-GABRIEL, LUZ, COSTA E RIBEIRO, 2021).

A distribuição de renda desigual, que ao longo dos anos se reflete na sociedade, embora demonstre que haja uma redução substancial nos últimos anos, a desigualdade da distribuição ainda é elevada. Apresenta uma discrepância da pobreza em relação as áreas rurais e urbanas do Brasil. Compreender o que é a zona rural é uma possibilidade de conhecer a organização deste espaço e como suas dinâmicas refletem na sociedade. Para Brito (2008), a dinâmica do território brasileiro foi e continua sendo de estrutura fundiária, com grande desigualdade em inúmeras facetas. Dentre elas, o processo mais intenso de saída das pessoas do campo em direção à cidade nas décadas de 1970 e 1980. Estas pessoas foram para as cidades em busca de empregos nas indústrias que emergiam no país, a partir de 1980 a saída das pessoas do campo continua, porém em ritmo mais lento.

A zona rural brasileira é marcada por propriedades e modos de produção diversos. Os latifúndios, grandes propriedades de terras onde normalmente predomina a monocultura. Pequenas e médias propriedades, as quais costumam ser mais diversificadas (policultura) e emprega maior número de pessoas na produção. No entanto, a pobreza também se manifesta na zona rural tanto em relação a renda como em outras dimensões (BRITO, 2008).

A partir dos inúmeros estudos sobre a pobreza rural, ocorreu convergência para consensos em relação ao assunto. Dentre eles, a persistência da pobreza, que está relacionada aos elevados níveis de desigualdade *per capita*, bem como outras desigualdades, tais como: acesso a benefícios sociais governamentais, acesso a serviços públicos, educação. Em específico, no que diz respeito ao fenômeno da

pobreza referindo a insuficiência de renda, tendo em vista o nível do PIB *per capita* do Brasil. Um consenso relacionado a diferença da pobreza brasileira decorrente da dimensão territorial e demográfica do país, dos diversos desequilíbrios das regiões e como se configurou o complexo da mistura social brasileira. Podendo ser observado que os pobres podem tanto ser indivíduos que fazem parte do mercado formal de trabalho quanto aos que vivem quase exclusivamente de atividades de autossustentação, ou seja, aqueles que vivem em áreas rurais mais atrasadas (ROCHA, 2013).

As condições de vida das famílias brasileiras apresentam características relevantes em relação a vida na unidade familiar, ao se estudar a pobreza diferenciando meio rural e urbano. Quando estudado separadamente o meio rural, fica evidente diferenças como à estrutura de acesso à terra e recursos naturais, assim como a disponibilidade de serviços públicos básicos de fácil acesso para a população de cada espaço geográfico (PEREIRA, JUSTO e LIMA, 2015).

Para Bastos, Mattos e Santos (2018), a estrutura do meio rural brasileiro conta com uma grande população que não teve o acesso homogêneo ao processo de modernização da agricultura. Unidades familiares que antes deste processo detinham alguma, ainda que pequena porção de terra, porém não detinham recursos suficientes e não tiveram acesso ao crédito para participar dessa evolução, ficaram em uma situação precária. Sem acesso à tecnologia para cultivar a terra e sem qualificação mínima ou necessária foram comprometidas, a renda da terra e a entrada no mercado de trabalho. Ou seja, o problema da pobreza rural pode ser entendido como um indicador monetário, abstraído a partir da renda *per capita* familiar.

Bastos, Mattos e Santos (2018) também afirmam que a pobreza tem a característica de um processo histórico-estrutural marcado pelas contradições sociais ainda presentes na sociedade rural brasileira, no mesmo momento em que se revela como um fenômeno multidimensional, pois inúmeras são as necessidades que precisam ser atendidas em relação a população da zona rural que se encontram em algum grau de situação de vulnerabilidade. Além disso, no caso brasileiro, a pobreza rural também está fortemente associada ao rápido processo de industrialização e de urbanização do país ocorrido a partir da segunda metade do século XX. Ao qual de um lado ocorre forte expansão produtiva de mercadorias em todas as atividades econômicas. No entanto não houve acesso a esse conjunto de bens produzidos, ocasionando exclusão social e elevados índices de pobreza.

Segundo Pereira (2017), outros fatores que determinaram a pobreza no meio rural, que estão diretamente relacionados com a ocorrência de outros problemas, tais como: o aumento do desemprego nos setores urbano-industriais; a pressão demográfica sobre as grandes cidades; a violência urbana, somando ao processo de modernização, surgindo parcelas da população rural dependentes de uma agricultura não desenvolvida e que se tornaram o retrato da pobreza rural brasileira. Sendo expressos nos indicadores sociais e deficiências no desenvolvimento estrutural do campo. Já na área urbana, a pobreza tem aspectos diferentes.

Para Santos (2009), a urbanização e a pobreza são fenômenos profundamente conectados, fato evidenciado mais dramaticamente nos países periféricos. A pobreza embora atinja todos os países, aflige mais duramente países subdesenvolvidos. Em países menos desenvolvidos o crescimento da urbanização é acompanhado pela expansão da pobreza. Com a expansão da urbanização causada em parte pela explosão demográfica e a imigração, o que agravou a crise social, tendo como consequência disto a falta de emprego, o que acarretou a muitos indivíduos, viverem em condições de privações que se alastram ao longo dos anos, se perpetuando na grande maioria das famílias pobres.

Assim, no meio urbano, a evidência física da desigualdade social se revelou nas favelas e subúrbios pobres nas cidades, pois são vários os motivos para as pessoas pobres virem para as cidades. Dentre eles, há a oferta de empregos, ou o sonho de poder oferecer a família melhores condições futuras. Entretanto, um fator crucial para a existência desses movimentos migratórios é a comparação da pobreza urbana com a pobreza rural. Em geral, a população pobre que vive em áreas urbanas, além de ter mais oportunidades para se desenvolver, ganha mais e vive melhor que as pessoas pobres que moram nas áreas rurais. A persistência da pobreza e de necessidades essenciais não satisfeitas, o aumento das desigualdades, a precarização do trabalho e a crescente vulnerabilidade do trabalhador, assim como a configuração do espaço, evidenciam a importância dos diversos enfoques que a questão da pobreza apresenta (SOUZA, CUNHA e SOUZA JR, 2018).

De acordo com Camarano (2000), a pobreza se associa aos determinantes das estruturas familiares e com as etapas do ciclo das famílias. Ou seja, dependendo da estrutura familiar e de como são compostas as famílias, e como essa estrutura se apresenta, tem maiores probabilidades de serem pobres ou indigentes. Exemplos de jovens casais com filhos ou casais de idosos ou apenas um, que residem sozinhos,

domicílios plurifamiliares ou aqueles com mulheres jovens, sem cônjuge e com filhos pequenos. Outro fator relaciona-se com as características da habitação rústica, indicadores de péssima situação sanitárias, muitas vezes inexistentes ou extremamente precários dentre outros. Associam-se à situação de indigência e pobreza urbanas características demográficas, econômicas e sociais. São inúmeros os fatores que podem ser vistos como um indicativo de que as famílias apresentem algum grau de pobreza, ao se retratar a zona urbana ou rural.

Tendo em vista as características da pobreza urbana e rural, e como ela atinge o Brasil como um todo, assim, como a desigualdade de renda e como consequência os diferentes níveis de pobreza, embora em alguns Estados seja de forma mais abrupta, o Estado do Paraná, também, apresenta grandes mazelas sociais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A área de estudo desta pesquisa é o Paraná, um estado que fica na Região Sul do Brasil e tem 399 municípios. Sua capital é Curitiba e o estado contava com 11.242.720 habitantes em 2016, de acordo com a estimativa do IBGE. Nesse período, a densidade demográfica era de 56,25 hab./km².

A economia do Paraná baseia-se fortemente em sua agricultura e na indústria. No setor da agricultura, seus produtos mais fortes são a cana de açúcar, milho, soja, mandioca, trigo, feijão, batata, laranja, cevada e o centeio. Destes produtos, muito do que é produzido dentro da economia paranaense é, na verdade, comercializado como produto de exportação para países da América do Norte, Mercosul, Europa e Ásia, fazendo com que o Paraná tenha uma representatividade bastante significativa nas exportações brasileiras, principalmente em produtos do setor primário. Contava em 2010 com 8.912.692 habitantes residentes na zona urbana e 1.531.834 residentes domiciliados na zona rural (IPARDES, 2022).

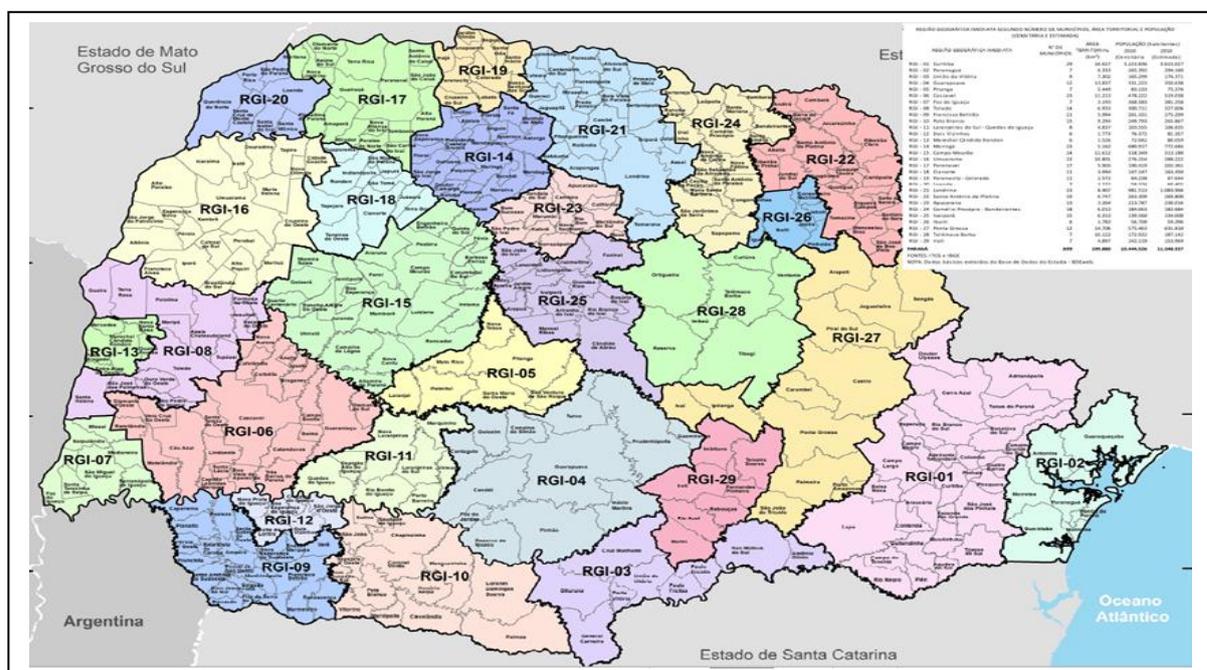
De acordo com os dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2021), o Paraná apresenta índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M) para os anos de 1991, 2000 e 2010 de 0,507, 0,66 e 0,757 respectivamente. No *ranking* da federação está na 5ª posição em desenvolvimento municipal em relação aos outros estados brasileiros.

3.1 ÁREA GEOGRÁFICA DE ESTUDO

A Figura 1 apresenta a área geográfica de estudo: o Estado do Paraná. A análise da pesquisa foi feita seguindo as novas regionalizações da divisão regional do Brasil. Em 2017, o IBGE lançou uma nova regionalização para o país e, no Paraná, totalizaram-se 29 Regiões Geográficas Imediatas. A análise da pesquisa, foi sob esta nova regionalização, com as 29 Regiões Geográficas Imediatas do Estado do Paraná, com um recorte entre os anos de 2006 e 2016.

De acordo com IBGE (2017), a nova regionalização do Brasil atualizou as articulações da rede urbana brasileira para subsidiar o planejamento e gestão de políticas públicas.

Figura 1 - Regiões Geográficas Imediatas do Estado do Paraná - 2018.



Fonte: IBGE (2018).

A regionalização foi feita a partir da identificação das cidades-polo e os municípios que possuem relação direta com cada uma delas, e leva em consideração dois conceitos:

Território-rede: conjunto de arranjos populacionais localizados em áreas contínuas de municípios conturbados e possuem fluxos em uma porção territorial (IBGE, 2016).

Território-zona: controle exercido pelas cidades, através de suas funções e atividades de alcance intrarregionais e inter-regionais (IBGE, 2017).

Além disso, outras variáveis foram incluídas na nova regionalização como rede urbana, hierarquia dos centros urbanos e fluxos de gestão entre outras, (IBGE, 2017).

As Regiões Geográficas Imediatas substituíram as Microrregiões, e são limitadas a uma estrutura composta por, no mínimo 5 e no máximo 25 municípios. Além, de ter uma população mínima aproximada de 50 mil habitantes por Região Geográfica Imediata. Nessa pesquisa, a regionalização são as vinte e nove (29) regiões Geográficas Imediatas do Paraná, que são descritas na sequência, na Tabela 1, a partir de dados do IPARDES (2020). Apresentando cada uma das 29 RGIs com as respectivas quantidades de municípios que fazem parte de cada uma das regiões, e o número estimado de habitantes em cada RGI.

Tabela 1 – As 29 Regiões Geográficas Imediatas do Paraná - 2020.

RGI de:	nº Mun.	Pop. Est. RGI.
Curitiba	29	3.693.891
Paranaguá	7	299.824
União da Vitória	9	178.227
Guarapuava	12	353.662
Pitanga	7	73.167
Cascavel	23	526.584
Foz do Iguaçu	7	382.663
Toledo	14	331.900
Francisco Beltrão	21	277.409
Pato Branco	15	268.563
Laranjeiras do Sul - Quedas do Iguaçu	8	106.904
Dois Vizinhos	6	82.192
Marechal Cândido Rondon	6	81.647
Maringá	23	791.551
Campo Mourão	24	310.395
Umuarama	22	289.800
Paranavaí	17	204.324
Cianorte	11	166.676
Paranacity - Colorado	11	68.134
Loanda	7	60.610
Londrina	23	1.103.984
Santo Antônio da Platina	19	270.096
Apucarana	13	232.900
Cornélio Procópio - Bandeirantes	18	181.462
Ivaiporã	15	131.986
Ibaiti	6	59.773
Ponta Grossa	12	642.624
Telêmaco Borba	7	189.850
Irati	7	156.142

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados IPARDES. Notas: RGI. = Região Geográfica Imediata; nº Mun.= número de municípios por RGI; Pop. Est. RGI.= população estimada por RGI em 2020, segundo IPARDES.

3.2 FONTE DAS INFORMAÇÕES PARA A ANÁLISE

Visando responder os objetivos da pesquisa, primeiramente foi efetuada uma abordagem qualitativa, com pesquisa documental, exame de materiais de natureza diversa, buscando novas ou interpretações complementares, com utilização de fonte de dados secundários. Os métodos qualitativos são menos estruturados geralmente empregam procedimentos interpretativos, e representação verbal dos dados. Posteriormente, a abordagem quantitativa a qual, normalmente se mostra apropriada quando existe a possibilidade de medidas quantificáveis de variáveis e inferências a partir de amostras de uma população. Esse tipo de pesquisa usa medidas numéricas para testar constructos científicos e hipóteses, ou busca padrões numéricos relacionados a conceitos cotidianos (GIBBS, 2009).

Com intuito de verificar e analisar a pobreza familiar paranaense entre as áreas rurais/urbanas foi construído um índice de pobreza multidimensional familiar (IPMF). O IPMF teve como base os estudos dos pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Barros, Carvalho e Franco (2006). Esses autores lançaram o estudo chamado "Pobreza multidimensional no Brasil", que apresentou um índice de pobreza baseado nas informações coletadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), com a possibilidade de ser calculado em nível familiar, como também, sendo possível calcular o grau de pobreza de qualquer grupo demográfico. Com contribuição para a elaboração do IPM, também consta o trabalho de Oliveira (2018), que desenvolveu um índice de pobreza multidimensional para analisar o processo de feminização da pobreza na Região Nordeste do Brasil, também a contribuição da metodologia proposta em Alkire e Foster (2009), Alkire e Santos (2010).

Os dados utilizados para a construção do Índice de Pobreza Multidimensional Familiar (IPMF) foram oriundos do Banco de Dados do Estado, do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), para os anos 2006 – 2016, comparando o grau de pobreza familiar nesse período.

A Base de Dados do Estado, é um sistema de informações estatísticas com mais de 10 milhões de dados classificados por grandes temas e assuntos. Com informações das áreas física, econômica, social, financeira, política e administrativa, que estão disponíveis por municípios, total do Estado e para as agregações das

regiões geográficas intermediárias e imediatas do IBGE e as demais regionalizações do Paraná (IPARDES, 2021).

O IPMF analisa a família de um domicílio. A PNAD 2015 definiu o domicílio como local de moradia com estrutura separada e independente, constitui-se por um ou mais cômodos. A respeito dessa separação fica caracterizada a moradia como limitada por paredes, muros, cercas etc. e possui uma cobertura, um teto, permitindo o isolamento dos moradores que arcam com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia (IBGE, 2015).

Os domicílios podem ser classificados como: a) domicílios particulares, quando este é destinado à habitação de um indivíduo ou um grupo de pessoas, que tenham laços de parentesco, dependência doméstica, ou normas de convivência; b) domicílios coletivos, classificados como os domicílios destinados à habitação de pessoas ou relacionamento que prevalece o cumprimento de normas administrativas; c) unidade domiciliar, é caracterizada como, o domicílio particular ou uma unidade de habitação (quarto, apartamento ou outros) em domicílio coletivo (IBGE, 2015).

Ao relacionar a situação do domicílio, é classificado como sendo urbana ou rural. A situação urbana é considerada como as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. Como situação rural, será toda a área abrangente situada fora dos limites urbanos. Também se utiliza este critério na classificação da população urbana e rural (IBGE, 2015).

Para o estudo o conceito de família que margeou a pesquisa é o proposto pelo IBGE na PNAD (2015), qual seja: conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residem na mesma unidade domiciliar ou grupo domiciliar, dentro dos limites físicos da moradia, onde uma família corresponde a um domicílio.

Para mensurar as regiões como rural ou urbana, buscou-se uma alternativa em que fosse levado em consideração, não somente a definição em que o rural é definido como o mundo não urbano ou não metropolitano. Enquanto a indústria e os serviços parecem ser características do meio urbano. Utiliza-se, com base a classificação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que recorre à escala regional para definir três tipos de espaço: regiões predominantemente rurais com mais de 50% da sua população vivendo em comunidades rurais; regiões predominantemente urbanas com menos de 15% da sua população vivendo em

comunidades rurais e as regiões intermédias, onde a proporção da população a viver em comunidades rurais for entre 15% e 50%.

Além da classificação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), utilizou-se o trabalho de Rodrigues (2014), que utilizou como critérios para definir rural e urbano, diversas dimensões, entre elas o nível de desenvolvimento, sendo uma das variáveis o Produto Interno Bruto (PIB).

Nesta pesquisa para definir áreas rurais e urbanas foi utilizado a participação do setor primário no PIB, levando em consideração o percentual do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) total. Nos casos em que o setor primário for superior a 20% do PIB, este será considerado área rural, se o setor primário tiver participação no PIB inferior a 20%, será classificada como zona urbana.

O estudo analisou as 29 Regiões Geográficas Imediatas do Paraná, devido à falta de dados nas bases de dados disponibilizados para famílias e para classificação da regionalização, alguns dos dados foram expressos em média ou estimados. O critério para definir o tamanho da família foi a composição de 03 pessoas, sendo: três adultos, ou dois adultos e uma criança, ou um adulto e duas crianças.

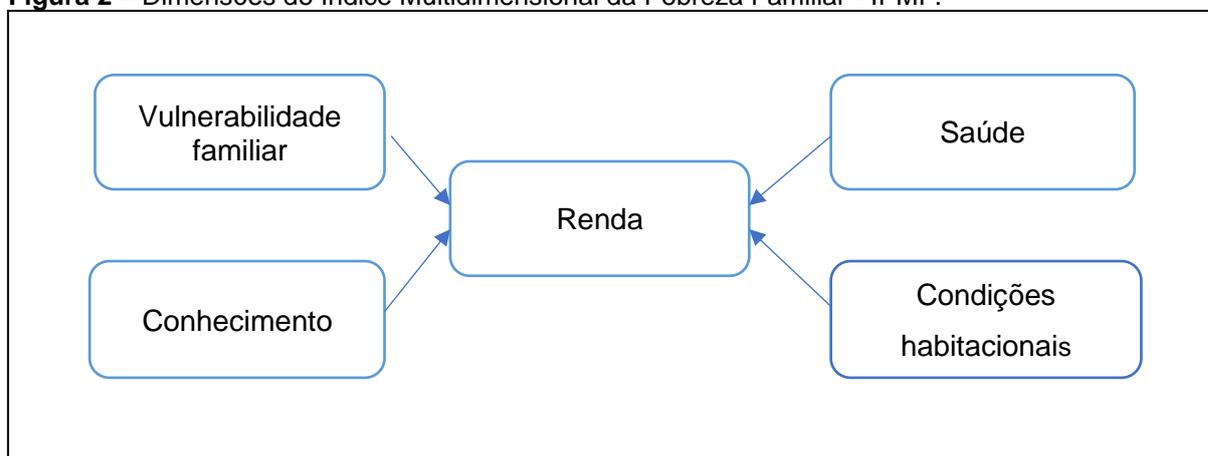
3.3 DIMENSÕES INDICADORES E DESCRIÇÃO DO MÉTODO

O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) proposto nesta pesquisa é uma adaptação da metodologia proposta em Alkire e Foster (2009), Alkire e Santos (2010), com contribuição de Oliveira (2018), Barros, Carvalho e Franco (2006). O Índice de Pobreza Multidimensional busca mensurar a pobreza em diversas dimensões, é uma abordagem desenvolvida por Alkire e Foster (2009) denominado *Adjusted Headcount Ratio* (M_0), que pertence a uma recente geração de medidas que renovaram o interesse no método direto de cálculo da pobreza. assim, o IPM proposto servirá para acompanhar e quantificar a pobreza multidimensional, entendida como a incapacidade de uma pessoa ou família ter acesso aos bens necessários.

Além da contribuição dos autores Alkire e Foster (2009); Alkire e Santos (2010); Oliveira (2018), as dimensões que serão utilizadas no estudo, estão baseadas no estudo de Barros, Carvalho e Franco (2006), que ilustrou a praticidade e a utilidade de índices escalares para a análise da natureza da pobreza multidimensional, que apresenta como dimensões; 1) Vulnerabilidade familiar; 2) Conhecimento; 3) Renda;

4) saúde e 5) Condições habitacionais. Na figura 2, está representado, as dimensões do trabalho de Barros, Carvalho e Franco (2006).

Figura 2 – Dimensões do Índice Multidimensional da Pobreza Familiar - IPMF.



Fonte: Elaboração própria com base em Barros, Carvalho e Franco (2006) & Oliveira (2018).

A construção do M_0 começa com a definição da unidade de análise, podendo tanto ser uma região, uma família ou mesmo um indivíduo. Posterior a isso selecionam-se as dimensões e os indicadores (variáveis), priorizando as que apresentam mais relevância. Para as dimensões, indicadores e a unidade de análise, o método utiliza uma linha de corte em cada indicador, para identificar se o indivíduo sofre privação num dado indicador, e outra linha de corte do nível de pobreza.

Para o cálculo do nível de pobreza, soma os indicadores que foram multiplicados pelos seus respectivos pesos, assim obtém o nível c de privação do domicílio. Então, um ponto de corte de 33,3% ou maior é utilizado para indicar a ocorrência de situação de pobreza. Se esta pontuação é igual ou maior que 33,3%, o domicílio e todos que nele residem são considerados pobres. Domicílios com pontuação igual ou maior que 20% e menor que 33,3% são considerados vulneráveis à pobreza multidimensional, e domicílios com pontuação maior que 50% são considerados severamente pobres. Para encontrar a proporção de pessoas pobres multidimensionalmente usa-se a seguinte fórmula:

$$H = q/n \quad (1)$$

Em que: q é o número de pessoas multidimensionalmente pobres e n o tamanho da população. A intensidade da pobreza representada por A estima a proporção de indicadores em que, em média, as pessoas pobres sofrem privação. É calculada apenas para as pessoas em situação de pobreza.

$$A = \sum_i C_i(K) / qd \quad (2)$$

Em que: c_i é a pontuação de privação do i -ésimo indivíduo pobre e o qd representa o número total de unidades pobres por dimensão. A pontuação de privação do i -ésimo indivíduo pobre, pode ser expressa pelas privações em cada dimensão. Então, o IPM (Índice de Pobreza Multidimensional) é o valor do produto das duas medidas: proporção de pessoas multidimensionalmente pobres e intensidade da pobreza.

$$IPM = H * A \quad (3)$$

Visando construir o IPMF para esta pesquisa foi adaptada a partir de dados disponíveis no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES entre 2006 e 2016. Dado que a incorporação de dimensões no IPM está condicionada aos dados disponibilizados no IPARDES, foi necessário ajustar escolhas de dimensões e alguns indicadores, buscando sempre medir os funcionamentos básicos alcançados pelas famílias.

Para a construção do IPMF, desta pesquisa foi dividido em 4 dimensões de pobreza, a saber: i) Vulnerabilidade familiar; ii) Conhecimento; iii) Renda e iv) Saúde. Além das 4 dimensões temos 4 indicadores e cada indicador um componente. No Quadro 3, estão dispostos as dimensões, indicadores e componentes, e os respectivos pesos de cada um. Cada indicador recebeu peso de 0,25 ou $\frac{1}{4}$, assim como, cada componente recebeu o mesmo peso uma vez que são em mesmo número.

Para o cálculo do nível de pobreza, do índice, foi feita a soma dos indicadores que foram multiplicados pelos seus pesos, obtendo-se o nível c de privação da unidade familiar. Então, um ponto de corte k de 33,3% ou $\frac{1}{3}$ das variáveis foi estabelecido, assim, o k , referente a pesquisa foi de $k=1,34$.

Quadro 3 - Índice de Pobreza Multidimensional Familiar – IPMF. Dimensão, indicadores e componentes.

ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL FAMILIAR			
Dimensão	Indicador	Quem é privado?	Peso
Vulnerabilidade familiar	Mortalidade infantil 1/4	V1: Unidade familiar com mortalidade de crianças com menos de 5 anos	1/25
Conhecimento	Analfabetismo 1/4	C1. Unidade familiar com presença de adulto analfabeto	1/25
Renda	Renda média 1/4	R2: Unidade familiar com renda inferior a linha de pobreza	1/25
Saúde	Crianças desnutridas 1/4	S1: Unidade familiar com crianças menores de dois anos desnutridas	1/25

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IPARDES.

Na dimensão 1, a vulnerabilidade familiar, define-se em quando uma família é representada pelo volume adicional de recursos, que será necessário para satisfazer suas necessidades básicas, em relação ao que seria requerido por uma família-padrão. Se a família apresenta, por exemplo, gestantes, crianças, adolescentes, jovens e idosos aumenta a vulnerabilidade das famílias, sendo necessário um volume de recursos *per capita* maior para a satisfação de suas necessidades básicas. Dentre as quatro dimensões consideradas na pesquisa, a vulnerabilidade é a única que não representa nem os meios e nem os fins. Nesta dimensão, apresenta-se um indicador.

Na dimensão vulnerabilidade familiar teve como indicador a mortalidade infantil, e a análise é feita considerando a unidade familiar com mortalidade de crianças com menos de 5 anos.

a) Mortalidade infantil, representada com um componente, o V1.

V1: Unidade familiar com mortalidade de crianças com menos de 5 anos.

Na segunda dimensão, temos o Conhecimento, sendo considerada um dos meios mais importantes que uma família pode dispor para satisfazer suas necessidades, apresentando um indicador a saber:

a) Analfabetismo, que apresenta o componente C1.

C1. Unidade familiar com presença de adulto analfabeto.

Na terceira dimensão temos a Renda, refere-se ao acesso a renda que representa a oportunidade que uma pessoa tem de utilizar sua capacidade produtiva e ter acesso aos bens e serviços. Apresenta 1 indicador a saber:

a) Renda familiar, com um componente R1.

R1: Unidade familiar com renda inferior a linha de pobreza.

Na quarta dimensão, o enfoque é a saúde, que possibilita a família o acesso aos meios de prevenção e cuidados, apresentando um indicador.

a) Crianças desnutridas, com um componente S1.

S1: Unidade familiar com crianças menores de dois anos desnutridas.

Ao atribuir os pesos das dimensões, indicadores e componentes também foi atribuído pesos idênticos a todos os indicadores de um mesmo componente e a todos os componentes de uma mesma dimensão. As dimensões recebem os mesmos pesos também. A ponderação, entretanto, é padronizada de tal forma que o grau de pobreza de cada família possa variar entre, 0 para as famílias sem qualquer traço de pobreza e 100, para aquelas famílias absolutamente pobres.

3.4 ÍNDICE DE GINI

Posteriormente, por meio da análise do índice de Gini pode-se examinar a desigualdade da renda no estado do Paraná. Em estudos sobre distribuição de renda as unidades de análises podem ser pessoas economicamente ativas (PEA), pessoas ocupadas, famílias ou domicílios e as variáveis configuram-se como a renda recebida pelas pessoas, renda familiar, renda por domicílio ou renda familiar *per capita* (HOFFMANN, 1991; IPECE, 2010).

O índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, apontando a diferença ente os rendimentos dos mais ricos e dos mais pobres. Funcionando como uma régua de desigualdade, o cálculo do índice de Gini, indica a pontualidade da concentração de renda, ou seja, muito focada na minoria, ou se as riquezas estão bem distribuídas. Sendo assim, quanto mais distribuída a riqueza menor é a desigualdade. É uma relação entre a proporção da população e a proporção de acumulação de riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos (IPECE, 2010).

O gráfico do Índice é uma medida utilizada para medir a desigualdade de renda. Recebe a denominação de Índice de Gini e indica qual o tamanho da diferença entre

os mais pobres e ricos. Este medidor apontará o tamanho da diferença, com os valores de seus coeficientes, que são representados entre 0 e 1, quanto mais próximo de zero menor é desigualdade social. Em contrapartida, 1 é o máximo em que a desigualdade pode chegar (IPECE, 2010).

O cálculo é feito a partir da variação na renda e a variação na população. Por meio da curva de Lorenz, o índice calcula a diferença entre a área da distribuição perfeita de renda e aquela real. O cálculo é feito a partir da fórmula: $G = A / (A+B)$. Onde, A corresponde a área de desigualdade observada; (A + B) corresponde a área triangular do total da igualdade de renda. Portanto, quanto maior for a área observada em A, maior será o índice de Gini e maior será a desigualdade.

Neste estudo será analisado uma série do índice de Gini da distribuição de rendimentos *per capita* do estado, medindo o grau de concentração de renda no período 2006 e 2016.

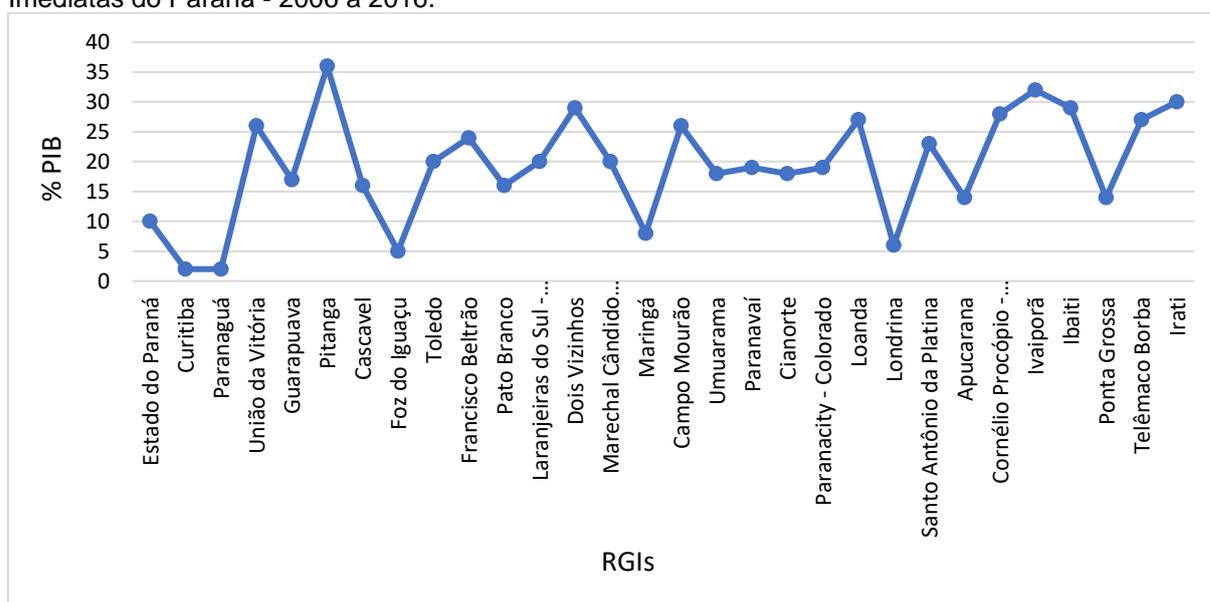
4 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Nesta sessão serão apresentados os resultados obtidos na pesquisa e a discussão destes resultados, para atender aos objetivos propostos, por meio da caracterização da pobreza familiar paranaense, a construção do Índice de Pobreza Multidimensional Familiar (IPMF), para as Regiões Geográficas Imediatas do Estado do Paraná entre os anos 2006 e 2016.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES FAMILIARES, DE ACORDO COM A DEMOGRAFIA ETÁRIA, SEXO, RENDA *PER CAPITA*, ESPAÇO RURAL-URBANO

Para definir e classificar as Regiões Geográficas Imediatas como áreas urbanas ou rurais utilizou-se a participação do Produto Interno Bruto agropecuário (PIB) em percentual comparado ao Produto Interno Bruto (PIB) total, tanto para o Estado do Paraná, como para cada uma das 29 Regiões Geográficas Imediatas analisadas nesta pesquisa. Assim, foi utilizada uma média entre os anos de 2006 e 2016. No caso, as áreas urbanas foram aquelas nas quais a participação do PIB agropecuário ficou abaixo de 20%, e acima deste percentual é considerada área rural, o que pode ser analisado na Figura 3.

Figura 3 – Participação do Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuário no PIB total Regiões Geográficas Imediatas do Paraná - 2006 a 2016.



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados IPARDES.

A Figura 3, mostra que no seu conjunto, o Estado apresenta um percentual de 10,3% da participação do PIB agropecuário no PIB total, ou seja, classifica-se como um estado com predominância urbana. Seguiram essa tendência as Regiões Geográficas Imediatas de Curitiba, Paranaguá, Guarapuava, Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Pato Branco, Laranjeiras do Sul - Quedas do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon, Maringá, Umuarama, Paranavaí, Cianorte, Paranacity – Colorado, Londrina, Apucarana e Ponta Grossa.

As Regiões Geográficas Imediatas de Curitiba e Paranaguá apresentaram um percentual de participação do PIB agropecuário de menos de 5% no PIB total. Porém, as outras regiões se situaram entre 7,5% até pouco menos de 20%. Totalizando nesta pesquisa 17 Regiões Geográficas Imediatas consideradas com mais predominância urbana.

Em relação às áreas consideradas nesta pesquisa como áreas com mais predominância rural, se destacaram aquelas que estão entre 22% e 37% de participação do PIB agropecuário no PIB total. Nesse caso, a Região Geográfica Imediata de Pitanga foi a que apresentou percentual superior a 36,1%. São 12 Regiões Geográficas Imediatas consideradas rurais, quais sejam: União da Vitória, Pitanga, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Campo Mourão, Loanda, Santo Antônio da Platina, Cornélio Procópio – Bandeirantes, Ivaiporã, Ibaiti, Telêmaco Borba e a Região Geográfica Imediata de Irati.

Na sequência, a Tabela 2, apresenta os números de unidades familiares por Regiões Geográficas Imediatas e do Estado do Paraná. De acordo com os dados da tabela 2, o Estado do Paraná apresentou um aumento de 1% no número total de famílias entre 2006 e 2010, percentual que aumentou 8% se comparado entre os anos 2010 e 2016. No computo geral, o Estado apresentou um número médio de 357.000 unidades familiares.

Uma variação positiva com variação de mais de 5 pontos percentuais também foi observada nas Regiões Geográficas Imediatas de Guarapuava, Cascavel, Marechal Cândido Rondon, Paranacity – Colorado, e as Regiões Geográficas Imediatas de Ibaiti, com respectivamente 1% e 6%, 2% e 8%, 4% e 4%, 1% e 6%, 2% e 7% se comparado os anos entre 2006 e 2010 e posteriormente entre 2010 e 2016. Já para as Região Geográfica Imediata de Pitanga houve diminuição percentual no número de unidades familiares de -3% em ambos os períodos analisados, as diminuições de unidades familiares ocorrem por fatores distintos. Por exemplo: no

caso de uma Região Geográfica Imediata considerada área rural, como é o caso de Pitanga, a diminuição é o efeito do êxodo da população para áreas urbanas.

Tabela 2 - Unidades familiares por Região Geográfica Imediata do Paraná – 2006 -2010 e 2016.

Número de famílias por RGI	2006	2010	2016	% 2006/2010	% 2010/2016
Estado do Paraná	3.462.459	3.481.509	3.747.573	1%	8%
Curitiba	1.103.369	1.074.612	1.179.298	-3%	10%
Paranaguá	93.611	88.464	96.390	-5%	9%
União da Vitória	55.493	55.100	58.640	-1%	6%
Guarapuava	109.834	110.408	116.932	1%	6%
Pitanga	28.515	27.711	26.865	-3%	-3%
Cascavel	155.913	159.407	171.471	2%	8%
Foz do Iguaçu	140.878	122.861	128.396	-13%	5%
Toledo	89.767	100.237	107.947	12%	8%
Francisco Beltrão	81.861	87.110	92.024	6%	6%
Pato Branco	81.077	83.264	88.526	3%	6%
Laranjeiras do Sul - Quedas do Iguaçu	36.676	34.518	35.974	-6%	4%
Dois Vizinhos	22.973	25.457	27.074	11%	6%
Marechal Cândido Rondon	23.050	24.014	26.208	4%	9%
Maringá	217.777	226.972	250.924	4%	11%
Campo Mourão	100.521	106.116	107.633	6%	1%
Umuarama	82.559	92.051	96.702	11%	5%
Paranavaí	61.683	63.473	67.408	3%	6%
Cianorte	44.862	49.049	53.515	9%	9%
Paranacity - Colorado	21.214	21.413	22.627	1%	6%
Loanda	18.950	19.458	20.335	3%	5%
Londrina	319.622	327.171	355.679	2%	9%
Santo Antônio da Platina	87.155	87.770	91.191	1%	4%
Apucarana	68.743	71.262	76.248	4%	7%
Cornélio Procópio - Bandeirantes	61.101	61.354	62.555	0%	2%
Ivaiporã	44.545	46.520	46.522	4%	0%
Ibaiti	18.371	18.900	19.899	3%	5%
Ponta Grossa	190.607	191.821	207.793	1%	8%
Telêmaco Borba	55.172	57.641	61.895	4%	7%
Irati	46.560	47.373	50.902	2%	7%

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados IPARDES.

Os dados da Tabela 2, também permitem observar que a região que não apresentou alteração no número de unidades familiares, entre os anos de 2006 e

2010, foi a Região Geográfica Imediata de Cornélio Procópio – Bandeirantes. Essa região apresentou uma pequena variação percentual entre 2006 e 2016 de 2% de aumento no número de famílias. Assim como a região de Ivaiporã na primeira análise obteve saldo positivo de 4% no aumento do número de famílias, já na análise entre 2010 e 2016 não apresentou nenhuma alteração. Essas duas regionalizações são próximas, porém não são vizinhas, enquanto a região de Cornélio Procópio – Bandeirantes faz divisa com a região de Londrina que apresentou pouca alteração percentual no número de famílias para a análise 2006 e 2010 e a região de Santo Antônio da Platina com 1% na análise 2006 a 2010. A região de Ivaiporã faz vizinhança com a região de Pitanga, Campo Mourão, Apucarana e Telêmaco Borba das quais apenas Pitanga apresentou queda de -3% de variação no número de famílias, já as outras três tiveram saldo positivo.

Os dados da Tabela 2, também permitem que se observe o aumento no número de famílias em algumas Regiões Geográficas Imediatas durante o período analisado. Do total das 12 regiões rurais apenas a região imediata de Pitanga perdeu famílias tanto ao comparar 2006 a 2010 ou 2010 a 2016. As outras regiões aumentaram os números de famílias.

No entanto, das 17 regiões urbanas as quais perderam famílias de 2006 a 2010, foram as seguintes Curitiba, Paranaguá, Foz do Iguaçu e Laranjeiras do Sul - Quedas do Iguaçu, contudo, na análise posterior todas obtiveram aumento no número de famílias. Destas, Foz do Iguaçu apresentou a maior queda registrada na análise 2006 e 2010 de -13 pontos percentuais.

As regiões urbanas que ganharam famílias tanto na análise de 2006 a 2010 como na de 2010 a 2016 foram as seguintes Guarapuava, Cascavel, Toledo, Pato Branco, Maringá, Umuarama, Paranavaí, Cianorte, Londrina, Santo Antônio da Platina e Ponta Grossa. Já para a análise feita em 2010 a 2016 as regiões urbanas que ganharam famílias foram Curitiba, Paranaguá e Guarapuava.

A Tabela 3, apresenta a classificação da população paranaense dividida em sexo feminino e masculino, assim como, a quantidade de cada uma destas posições em população adulta e população de até 14 anos de idade. Para retratar a população feminina e masculina foram utilizados dados da contagem populacional 2007 e Censo 2010, a partir de uma média para cada região e o Estado.

No Estado do Paraná a população masculina total foi menor que a feminina com percentual de 3% na média entre os anos 2007 e 2010. No entanto, isso não se

refletiu se comparado com população de até 14 anos de idade, que no Estado são 3,77% a mais da população masculina nesta faixa etária.

Tabela 3 - Média populacional feminina e masculina total e menores de 14 anos para as 29 Regiões Geográficas Imediatas do Paraná, utilizado contagem população 2007 e Censo 2010

RGIs	Pop. F. Total	Pop. M. Total	Pop. F. 0 a 14	Pop. M. 0 a 14
Estado do Paraná	5.263.075	5.085.109	1.214.643	1.258.566
Curitiba	1.653.198	1.565.370	370.861	384.149
Paranaguá	128.245	126.687	33.845	35.026
União da Vitória	81.166	82.684	21.587	22.621
Guarapuava	164.459	163.942	45.190	46.715
Pitanga	41.625	42.962	11.611	12.026
Cascavel	241.277	234.203	58.164	59.646
Foz do Iguaçu	200.251	192.966	50.718	52.714
Toledo	148.553	144.418	32.113	33.465
Francisco Beltrão	128.376	127.378	30.226	31.350
Pato Branco	124.249	120.998	31.406	32.371
Laranjeiras do Sul - Quedas do Iguaçu	51.391	52.384	14.589	15.126
Dois Vizinhos	37.261	37.271	8.687	9.218
Marechal Cândido Rondon	35.862	34.550	7.458	7.610
Maringá	338.009	319.883	68.230	70.811
Campo Mourão	160.368	156.582	36.325	37.871
Umuarama	137.509	133.971	29.346	30.065
Paranavaí	94.781	91.922	21.107	21.779
Cianorte	72.119	70.899	15.571	16.099
Paranacity - Colorado	31.330	31.401	6.836	7.178
Loanda	28.494	28.632	6.409	6.878
Londrina	495.287	467.601	104.070	107.902
Santo Antônio da Platina	131.457	129.281	29.687	30.929
Apucarana	106.012	103.088	22.933	23.661
Cornélio Procópio - Bandeirantes	92.722	90.885	20.395	21.345

...Continua

...Continuação

Ivaiporã	70.360	70.416	16.799	16.850
Ibaiti	27.594	28.273	6.681	7.076
Ponta Grossa	288.434	280.524	73.364	76.007
Telêmaco Borba	83.784	85.719	23.038	24.043
Irati	68.910	70.227	17.404	18.042

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados IPARDES. Notas: Pop. M. = população masculina; Pop. F. = população feminina.

Os dados da tabela permitem observar que as Regiões Geográficas Imediatas que apresentaram população feminina maior que população masculina, na média entre os anos 2007 e 2010 somam ao total 19. Entre essas regiões se podem destacar as RGI de Curitiba, Paranaguá, Guarapuava, Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Francisco Beltrão, Pato Branco, Marechal Cândido Rondon, Maringá, Campo Mourão, Umuarama, Paranavaí, Cianorte, Londrina, Santo Antônio da Platina, Apucarana, Cornélio Procópio – Bandeirantes e Ponta Grossa. Destas 16 regiões são urbanas e 3 regiões são rurais, as seguintes Francisco Beltrão, Campo Mourão e Cornélio Procópio – Bandeirantes.

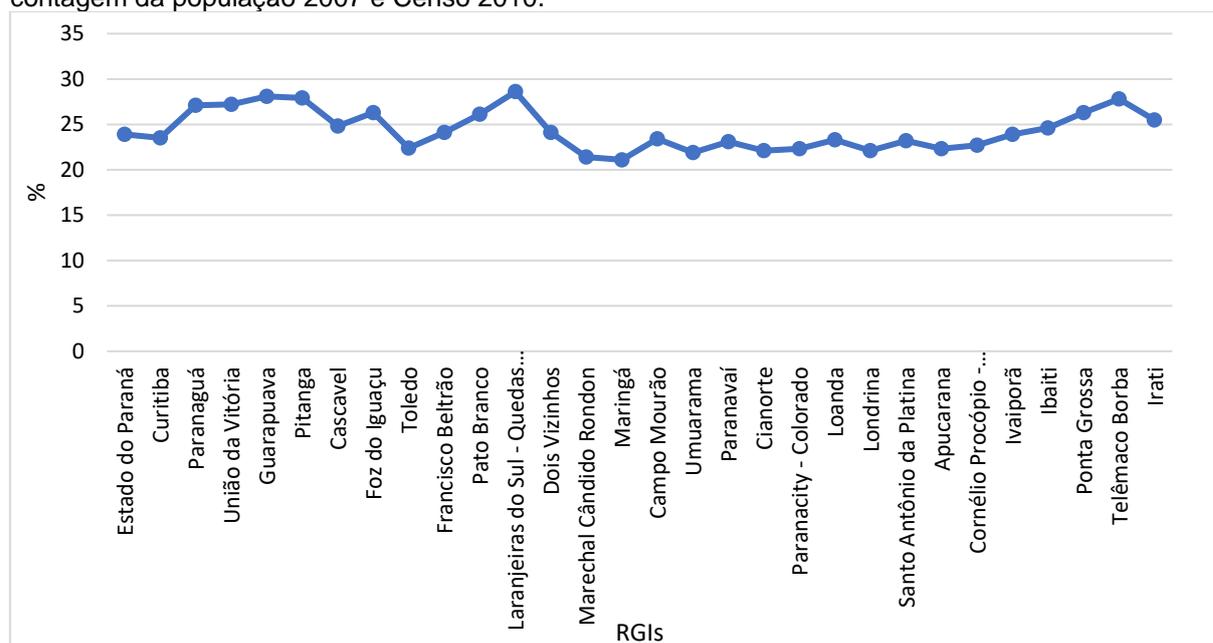
A região que apresentou o menor percentual de população feminina total em relação a masculina foi a RGI de Guarapuava com 0,31% para a média entre os anos 2007 e 2010. Essa RGI teve uma diferença de 5% entre o menor percentual, para o maior percentual encontrado na RGI de Curitiba. Contudo, ao comparar percentual de menores de 14 anos, todas as regiões têm percentual de população masculina maior em relação a população feminina de 0 a 14 anos de idade.

As regiões que apresentaram maior percentual de população masculina total para a média entre os anos de 2007 e 2010, são 10 RGI. O maior percentual encontrado foi em Pitanga com 3,21% e o menor percentual na região de Dois Vizinhos com 0,03%, sendo 3,18% a diferença entre os pontos extremos desta população. Já a RGI de Loanda apresentou o maior percentual na faixa etária do sexo masculino com 7,33%. Ivaiporã apresentou um percentual de 0,31% deste público, perfazendo uma diferença de 6,23% entre o maior e o menor percentual.

Analisando o percentual médio de população entre 0 e 14 anos, no período entre os anos 2007 e 2010, em relação ao total de adultos, pode-se observar na

Figura 4, que algumas Regiões Geográficas Imediatas, tais como: Paranaguá, União da Vitória, Guarapuava, Pitanga, Laranjeiras do Sul - Quedas do Iguaçu e Telêmaco Borba, apresentaram valores percentuais maiores de população infanto-juvenil com 27,02%; 26,98%; 27,99%; 27,94%; 28,63% e 27,78% respectivamente. As Regiões Geográficas Imediatas de Marechal Cândido Rondon, Maringá e Campo Mourão apresentaram os menores percentuais da sua população com idade entre 0 e 14 anos de 21,40%, 21,13% e 21,88%, respectivamente. Em média, o percentual da população menor de 14 anos concentrou-se entre 21 e 28 pontos percentuais do total da população para as Regiões Geográficas Imediatas analisadas nesta pesquisa. Se comparado a diferença percentual entre a RGI com maior percentual e aquela com menor percentual desse público, o valor é de 7,50 pontos percentuais.

Figura 4 - % população de 0 a 14 anos, das Regiões Geográficas Imediatas do Paraná, utilizando contagem da população 2007 e Censo 2010.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados IPARDES.

Na Tabela 4, foram apresentados dados sobre o panorama de emprego formal entre os sexos masculino e feminino de acordo com dados da RAIS, disponibilizados no IPARDES, utilizando a série de dados entre 2006 e 2016, analisando uma média destes dados.

Tabela 4 - Média emprego formal masculino e feminino para as Regiões Geográficas Imediatas do Paraná - 2006 e 2016

Localidade/ RGIs	Emp. Formal. Masc.	Emp. Formal. Fem.
Curitiba	650.120	536.230
Paranaguá	33.295	22.181
União da Vitória	17.115	11.284
Guarapuava	33.663	21.713
Pitanga	4.919	3.415
Cascavel	70.915	55.717
Foz do Iguaçu	42.748	37.175
Toledo	40.556	32.739
Francisco Beltrão	27.332	23.740
Pato Branco	31.466	23.569
Laranjeiras do Sul - Quedas do Iguaçu	6.954	5.597
Dois Vizinhos	9.190	7.458
Marechal Cândido Rondon	10.580	9.115
Maringá	108.933	85.521
Campo Mourão	33.071	22.943
Umuarama	33.610	25.653
Paranavaí	23.898	16.860
Cianorte	24.338	18.487
Paranacity - Colorado	11.567	5.871
Loanda	5.440	4.227
Londrina	153.744	118.380
Santo Antônio da Platina	28.934	21.467
Apucarana	30.452	22.930
Cornélio Procópio - Bandeirantes	18.640	15.691
Ivaiporã	8.926	7.043
Ibaiti	5.228	3.420
Ponta Grossa	83.062	50.012
Telêmaco Borba	20.330	10.586
Irati	13.860	9.400

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados IPARDES. Notas Emp. = emprego. Masc. = masculino. Fem. = feminino.

Os dados da Tabela 4, reforçaram que o sexo masculino ocupa em proporção a maior parte do emprego formal nas Regiões Geográficas Imediatas. No seu conjunto, o Estado do Paraná apresentou um percentual médio de empregos formais de aproximadamente 78% que são ocupados pelo sexo masculino. Seguem essa tendência as Regiões Geográficas Imediatas de Curitiba, Toledo, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Marechal Cândido Rondon e a de Cornélio Procópio – Bandeirantes, com percentuais de 82%; 87%; 81%; 87%; 86% e 84%, respectivamente.

Duas das Regiões Geográficas Imediatas analisadas nesta pesquisa apresentaram um percentual de equivalência muito perto da média entre os sexos masculino e feminino, quais sejam: Paranacity – Colorado, com 51% dos empregos formais ocupados pelo sexo masculino e 49% ocupados pelo sexo feminino; Telêmaco Borba, com 52% das ocupações formais ocupadas pelo sexo masculino e 48% pelo sexo feminino. O percentual do emprego formal ocupado pelo sexo masculino foi maior em todas as regiões, e se comparar o maior percentual da RGI de Foz do Iguaçu com 87% e da RGI de Paranacity – Colorado com 51%, em termos percentuais a diferença é de 36 pontos percentuais.

Os dados da Tabela 5, apresentam o Produto Interno Bruto *per capita* do Estado do Paraná e das 29 Regiões Geográficas Imediatas. Os dados foram corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ano base 2016. Esses dados demonstraram que em média a renda *per capita* do Paraná, para a série analisada e no período em análise, foi de R\$ 36.352,00.

As Regiões Geográficas Imediatas de Curitiba, Paranaguá Foz do Iguaçu e Pato Branco apresentaram PIB *per capita* durante o período de R\$ 48.516,16; R\$ 36.829,67; R\$ 39.797,80 e R\$ 37.991,26 respectivamente. Essas RGIs são regiões consideradas áreas urbanas e com PIB *per capita* superior ao registrado pelo Estado. As quatro RGIs também apresentaram percentual maior em números nos indivíduos do sexo feminino, seguindo a tendência do Estado. No entanto, nestas regiões o percentual de pessoas menores de 14 anos na região de Curitiba ficou na média com 23,5% se comparado a média das regionalizações, no entanto, a região de Paranaguá, Foz do Iguaçu e Pato Branco se posiciona acima da média com 27,1%; 26,3% e 26,1%, respectivamente. São regiões nas quais o emprego formal é ocupado em maior percentual pelo sexo masculino, com 82%; 67% e 86% e 75% respectivamente. Apesar do maior número de mulheres, o emprego formal masculino se sobressai.

Tabela 5 - Produto Interno Bruto *Per Capita* a preços correntes para as Regiões Geográficas Imediatas do Paraná - 2006 a 2016.

RGIs	2006	2010	2016	Média Pib
Estado do Paraná	24.793	32.499	35.740	36.352
Curitiba	33.192	47.087	42.521	48.516
Paranaguá	23.848	30.821	39.468	36.829

...Continua

...Continuação

União da Vitória	19.118	20.626	24.016	24.201
Guarapuava	16.920	21.508	28.901	25.670
Pitanga	11.410	13.657	21.468	17.794
Cascavel	21.031	28.061	37.110	34.038
Foz do Iguaçu	30.124	33.548	45.823	39.797
Toledo	24.077	28.544	39.186	35.210
Francisco Beltrão	16.009	21.134	29.069	25.544
Pato Branco	23.465	32.333	41.347	37.991
Laranjeiras do Sul - Quedas do Iguaçu	16.330	23.710	26.126	25.930
Dois Vizinhos	20.329	23.868	31.736	29.122
Marechal Cândido Rondon	22.918	30.049	39.687	35.335
Maringá	20.662	27.609	32.916	32.044
Campo Mourão	20.205	23.053	31.897	29.459
Umuarama	16.370	20.171	26.753	24.566
Paranavaí	15.234	19.200	24.645	22.779
Cianorte	18.952	23.743	31.037	28.719
Paranacity - Colorado	19.251	24.461	29.161	27.585
Loanda	12.480	15.729	21.806	19.311
Londrina	23.259	30.880	33.650	35.242
Santo Antônio da Platina	15.743	20.647	25.934	23.529
Apucarana	18.482	21.288	22.979	24.752
Cornélio Procópio - Bandeirantes	15.545	18.435	24.271	22.755
Ivaiporã	13.737	15.496	21.529	19.800
Ibaiti	13.440	15.776	19.692	18.688
Ponta Grossa	26.110	30.572	36.729	36.179
Telêmaco Borba	24.286	27.154	36.251	32.030
Irati	15.844	21.047	27.404	25.281

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados IPARDES.

As Regiões Geográficas Imediatas de Pitanga e Ibaiti apresentaram PIB por pessoa, em média de R\$ 17.794,69; R\$ 18.688,56, respectivamente. Essas foram as regiões que apresentam menor valor de PIB *per capita*. Vale lembrar que são regiões vizinhas, as duas regiões apresentaram percentual maior de pessoas do sexo masculino. Isso também se refletiu se computado os menores de 14 anos que apresentaram um percentual de 3,68% e 5,91% respectivamente. Também nesse público, o percentual de população do sexo masculino foi maior do que o sexo feminino. Contudo, são regiões que diferem umas das outras em relação ao percentual de menores que compõe a população com variações de 27,9% em Pitanga e, 24,6% em Ibaiti.

São regiões das quais o percentual do emprego formal ocupado pelo sexo masculino é maior inclusive do registrado em regiões consideradas urbanas. O maior percentual desta variável ocorreu em Pitanga com 69% dos empregos formais ocupados pelo sexo masculino, percentual esse maior do que regiões como Paranaguá e Guarapuava com percentual de 67% e 65% , respectivamente.

As Regiões Geográficas Imediatas que estão classificadas como zonas rurais apresentaram um PIB *per capita* em média de R\$ 17.000,00 a R\$ 32.000,00. Por outro lado, as Regiões Geográficas Imediatas consideradas urbanas apresentaram PIB *per capita* superior entre R\$ 22.000,00 a mais de 48.000,00 reais em média.

Na Tabela 6, são apresentados os dados da média populacional e a média do PIB *per capita* para as Regiões Geográficas Imediatas do Paraná - 2006 a 2016. Como pode ser observado, as regiões urbanas e rurais com número aproximado de população total não diferem muito em termos do PIB *per capita*.

Tabela 6 - Média população total e a média do PIB per capita das Regiões Geográficas Imediatas do Paraná - 2006 a 2016.

RGIs	Pop. Total média	PIB per capita médio
Estado do Paraná	12.798.030	36.352
Curitiba	3.993.352	48.516
Paranaguá	323.383	36.829
União da Vitória	202.584	24.201
Guarapuava	405.350	25.670
Pitanga	100.921	17.794
Cascavel	585.043	34.038
Foz do Iguaçu	471.133	39.797
Toledo	362.603	35.210
Francisco Beltrão	315.428	25.544
Pato Branco	303.405	37.991
Laranjeiras do Sul - Quedas do Iguaçu	127.487	25.930
Dois Vizinhos	91.934	29.122
Marechal Cândido Rondon	87.926	35.335
Maringá	826.619	32.044
Campo Mourão	383.434	29.459
Umuarama	332.292	24.566
Paranavaí	231.041	22.779
Cianorte	178.311	28.719
Paranacity - Colorado	77.766	27.585
Loanda	70.448	19.311
Londrina	1.197.695	35.242

...Continua

...Continuação

Santo Antônio da Platina	319.587	23.529
Apucarana	259.509	24.752
Cornélio Procópio - Bandeirantes	223.442	22.755
Ivaiporã	169.089	19.800
Ibaiti	68.946	18.688
Ponta Grossa	705.164	36.179
Telêmaco Borba	211.107	32.030
Irati	173.032	25.281

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados IPARDES Notas: Pop. = população.

Podemos observar, de acordo com a Tabela 6, o caso da Região rural de Dois vizinhos com população de 91.934 mil habitantes e a Região de Marechal Cândido Rondon com 87.926 mil habitantes apresentam um PIB *per capita* de R\$ 29.000 e R\$ 35.000, respectivamente. Outro exemplo, o caso em que há uma população total maior em números como, em Campo Mourão uma região rural com aproximadamente 383.434 mil pessoas e Toledo região urbana com 362.603 mil habitantes e PIB per capita de R\$ 29.459 e R\$ 35.210, respectivamente.

Pode-se afirmar diante dos dados analisados entre os anos de 2006 e 2016 das 29 Regiões Geográficas Imediatas, 17 destas foram consideradas áreas urbanas. Como áreas rurais são 12 Regiões Geográficas Imediatas, as quais apresentaram participação do PIB agropecuário em relação ao PIB total entre 21% e 37%.

Portanto: as regiões apresentaram mudanças nas suas estruturas familiares, com aumento das unidades familiares na maioria das regiões, embora tenha sido um percentual pequeno. Constatou-se a redução no número de unidades familiares, mas em uma minoria das Regiões Geográficas Imediatas analisadas. Porém, os dados não permitiram determinar se o êxodo rural, fragmentação familiar, mudanças no zoneamento urbano ou as concentrações nas regiões urbanas tenha diretamente influenciado esta configuração, uma vez que as mudanças ocorreram tanto nas regiões urbanas como nas regiões rurais.

Em relação a classificação do sexo dos indivíduos, nas regiões ocorreu a maior predominância de pessoas adultas do sexo feminino. Já nas crianças e adolescente, o percentual foi maior no sexo masculino em maior parte das regiões analisadas. No entanto, a diferença não é gigantesca, pois o percentual ficou em média de 4%. Do mesmo modo, os empregos formais foram preenchidos em sua maioria pelo sexo masculino.

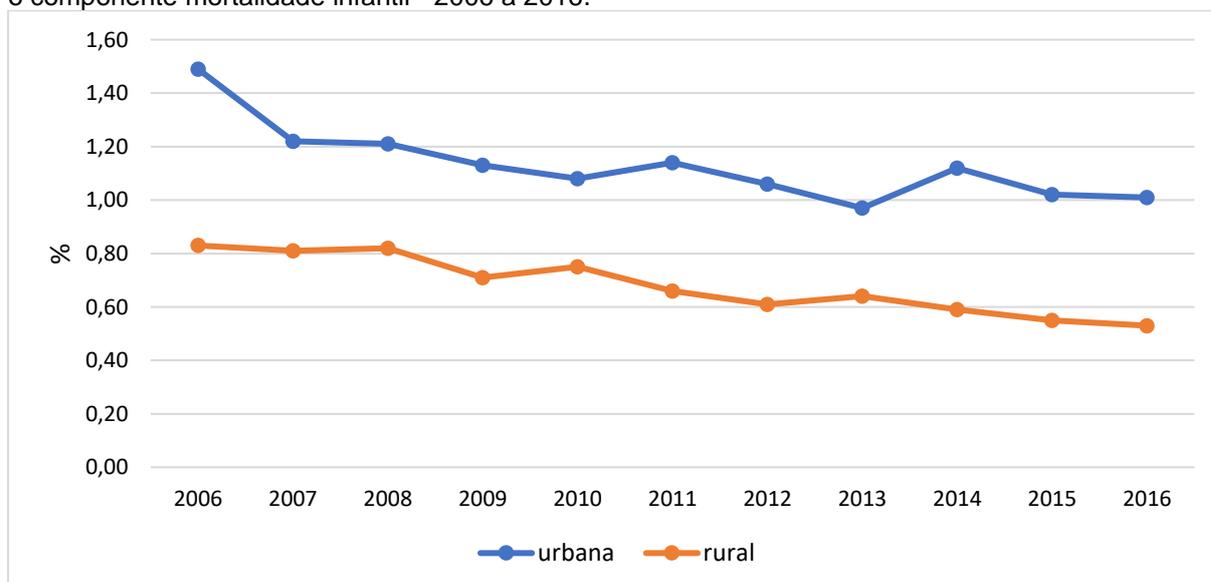
Em relação ao PIB *per capita*, as regiões consideradas urbanas apresentaram maior renda do que as regiões rurais. A área urbana tende a auferir maior produto em relação à população que as áreas rurais, reflexo da agregação de valor e a incorporação de serviços mais sofisticados.

4.2 O ÍNDICE DE POBREZA

O Índice de Pobreza Multidimensional Familiar (IPMF) analisou quatro dimensões e cada dimensão com um componente.

A Figura 5, apresenta a Dimensão 1 vulnerabilidade familiar das Regiões Geográficas Imediatas do Paraná urbanas/rurais para o componente mortalidade infantil para os anos 2006 a 2016.

Figura 5 – Vulnerabilidade familiar das Regiões Geográficas Imediatas do Paraná urbanas/rurais para o componente mortalidade infantil - 2006 a 2016.



Fonte: resultados da pesquisa, elaboração própria.

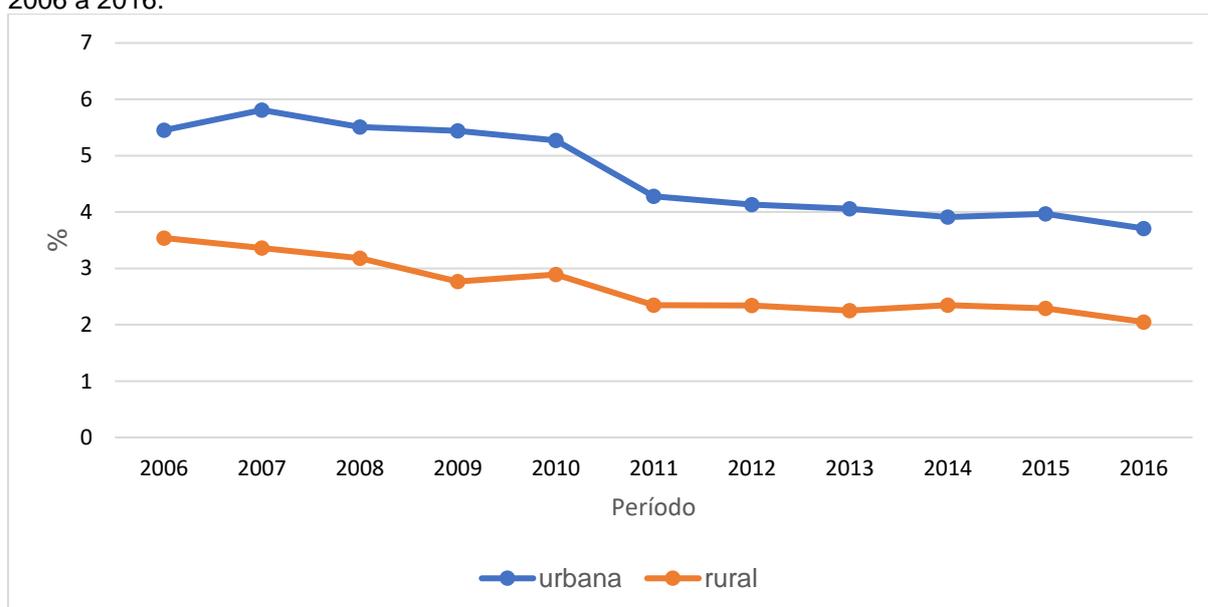
Os resultados encontrados mostraram que o percentual de mortalidade infantil em menores de 5 anos diminuiu ao longo do período analisado. Entre 2006 e 2016, houve uma queda de 0,52 pontos percentuais na mortalidade infantil nas Regiões Geográficas Imediatas (RGIs) urbanas e 0,3% nas Regiões Geográficas Imediatas rurais. Assim como, pode ser evidenciado que as RGIs urbanas apresentaram um

percentual maior durante todo o período analisado. Em 2006 a diferença era de 0,34 %, houve redução entre essa diferença para os anos posteriores, entretanto, a redução ainda é maior em 0,48 pontos percentuais em 2016. Ou seja, a perspectiva de uma criança falecer antes dos 5 anos é maior nas RGIs mais rurais do que nas RGIs mais urbanas.

A redução encontrada neste componente está relacionada com ações dos programas e políticas públicas de combate à mortalidade infantil, como o pré - natal e o “leite das crianças”, atendendo de início a mãe com cuidados e informações necessárias ao período gestacional e posteriormente com distribuição do leite às crianças. Porém, há uma diferença percentual entre áreas rurais e urbanas. No caso das áreas urbanas, o acesso a serviços de saúde e assistência social é mais facilitado, o que ajuda a explicar a menor mortalidade infantil.

A segunda dimensão do índice é a dimensão do conhecimento, mensurado com o componente analfabetismo. Nesse caso, foram analisados dados para famílias que tem em sua composição presença de adulto analfabeto, os dados podem ser encontrados na Figura 6.

Figura 6 - Dimensão analfabetismo das Regiões Geográficas Imediatas do Paraná urbanas/rurais - 2006 a 2016.



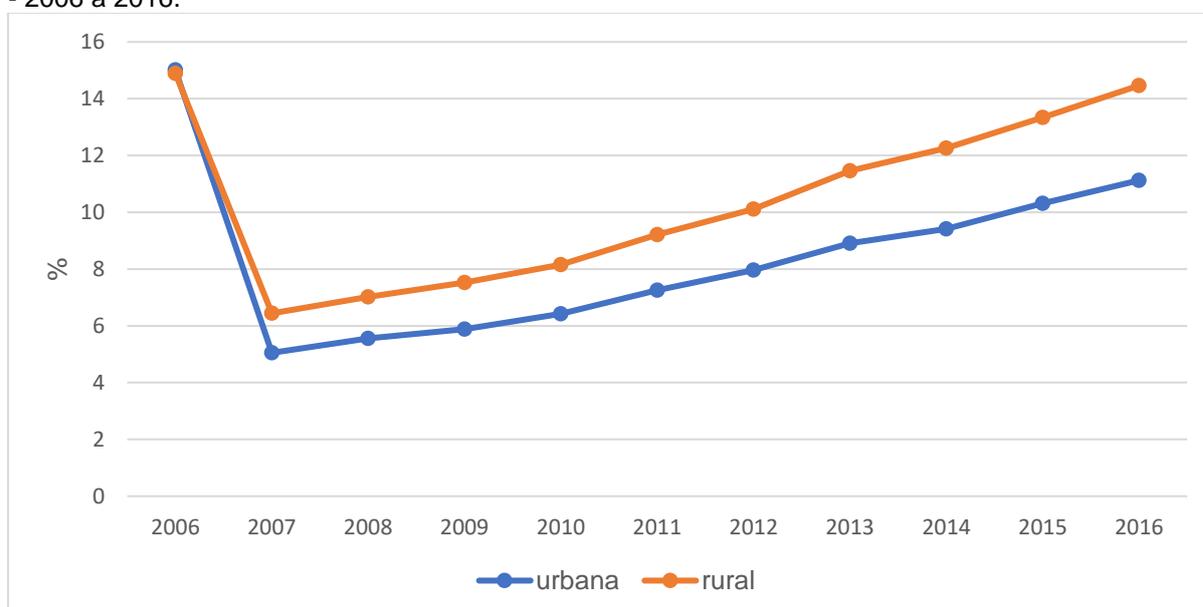
Fonte: resultados da pesquisa, elaboração própria.

O resultado da pesquisa na dimensão conhecimento retrata que há presença de adultos analfabetos nas famílias. O maior percentual ocorreu nas Regiões Geográficas Imediatas urbanas, com 22,16% a mais do que nas Regiões Geográficas Imediatas rurais. Essa perspectiva pode ser observada ao longo do período, embora em 2006 essa diferença mostrou-se menor. Contudo, ao longo do período houve crescimento entre tais regiões. No entanto, percebeu-se que em ambas as classificações houve redução deste percentual.

Nas regiões urbanas, a redução foi de 1,74% de 2006 para 2016. Já nas regiões rurais esse percentual foi um pouco menor, em torno de 1,49%, ou seja, as regiões rurais apresentaram um resultado melhor na diminuição do analfabetismo entre os membros das famílias, durante o período de análise.

Na Figura 7, a terceira dimensão do índice, onde analisou-se a renda média, tendo como componente a própria renda média. Nesse caso, foi analisada a unidade familiar com renda inferior a linha de pobreza ou $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo, que é uma definição padrão utilizada no Brasil, para definir linha de pobreza.

Figura 7 - Dimensão renda média familiar e Regiões Geográficas Imediatas do Paraná urbanas/rurais - 2006 a 2016.



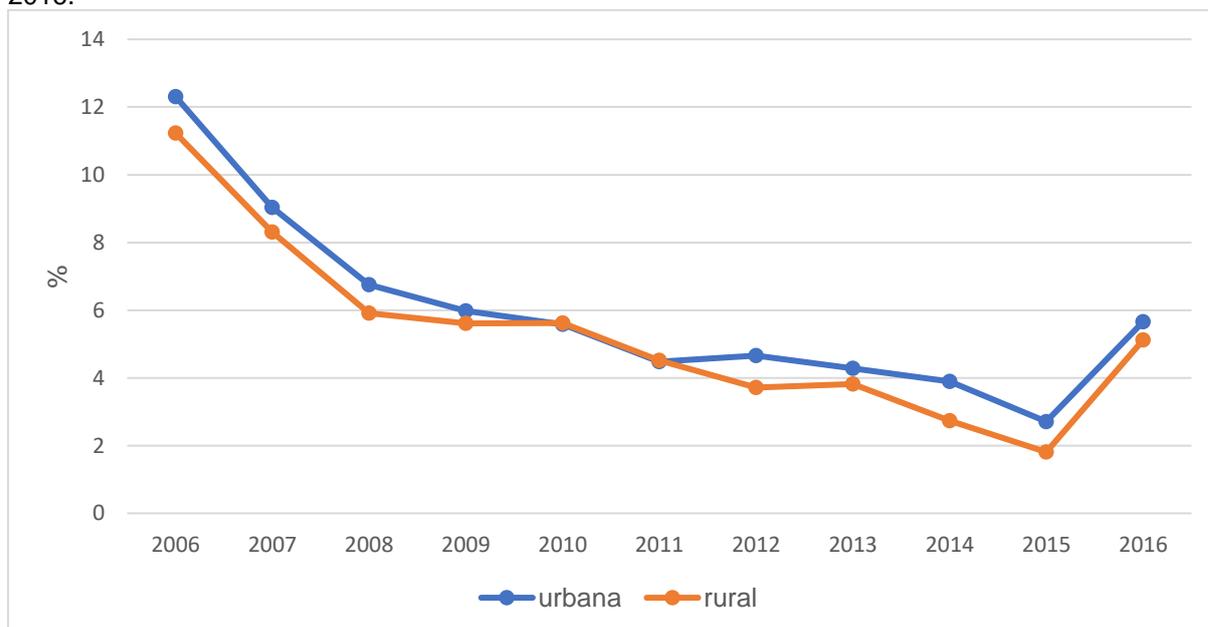
Fonte: resultados da pesquisa, elaboração própria.

A análise demonstrou que as Regiões Geográficas Imediatas urbanas apresentaram percentual maior de unidades familiares que se encontravam em

situação de vulnerabilidade, em relação às regiões rurais. Também se observou que houve queda no percentual de famílias que se encontravam com renda igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ salários-mínimos, em ambas as regionalizações durante o período de análise. A diferença percentual entre as regionalizações se mostra contínua. No entanto, a diminuição percentual entre os anos 2006 e 2010, para as regiões urbanas foi de - 8,61 %. Nas regiões rurais essa queda foi de - 6,73%. Já entre os anos 2006 e 2016 enquanto áreas rurais no seu conjunto tiveram queda de -0,43 ponto percentual as regiões urbanas diminuíram - 3,89%.

A quarta e última dimensão da pesquisa analisou a saúde. A Figura 8, apresenta a dimensão da saúde com o componente, crianças desnutridas. A análise foi feita mediante a unidade familiar com presença de crianças menores de dois anos desnutridas.

Figura 8 - dimensão desnutrição Regiões Geográficas Imediatas do Paraná urbanas/rurais - 2006 a 2016.



Fonte: resultados da pesquisa, elaboração própria.

Os resultados demonstraram que em ambas as regionalizações tiveram diminuição considerável de desnutrição infantil durante até 2015, e aumento em média de 3% para o ano de 2016. Nesse período de 2015/2016 a economia brasileira entrou em recessão. No entanto, no computo geral do período analisado os dados demonstraram que houve redução da desnutrição em ambas as regionalizações

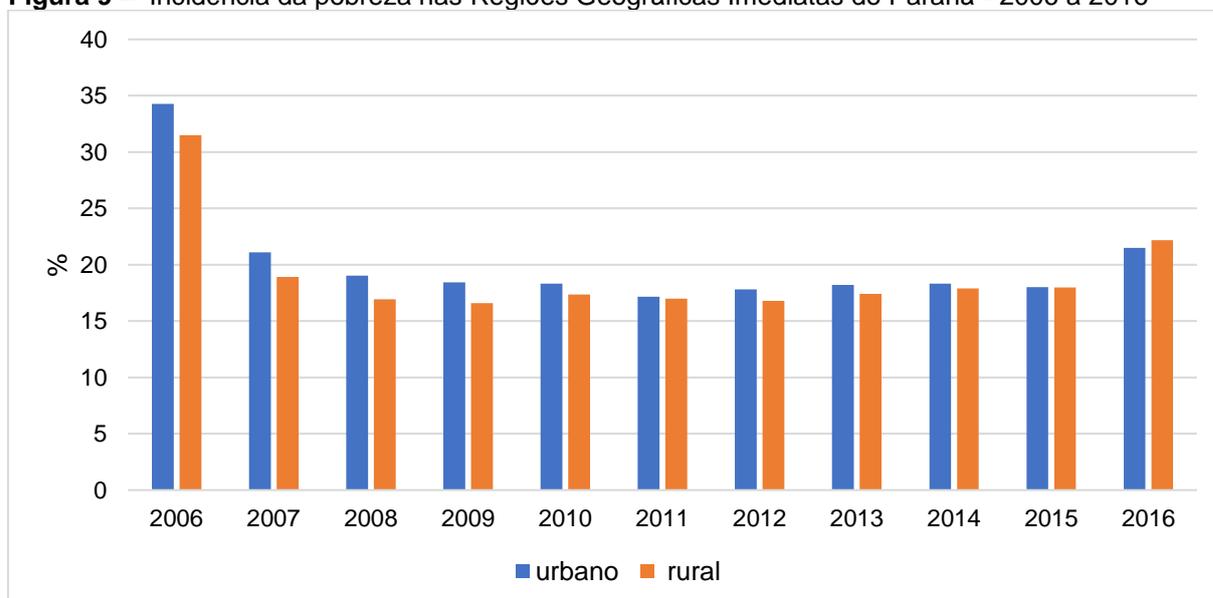
analisadas. Embora as regiões rurais apresentassem um percentual menor nessa diferença, ela é pequena se comparada os seus índices em relação as regiões urbanas.

Portanto: as dimensões e indicadores apresentaram percentuais maiores, das variáveis analisadas nas Regiões Geográficas Imediatas urbanas, do que nas Regiões Geográficas Imediatas rurais. Na mortalidade infantil os índices se mostraram em tendência de leve diminuição; entretanto, no que tange ao analfabetismo, a diminuição foi mais constante, porém, sem muitas alterações.

Com relação a renda média houve uma queda de 2006 para 2007, tornando a aumentar nos anos seguintes, contudo, sem grandes alterações até o período final, quando tende a aumentar. Já na análise da desnutrição infantil apresentou queda de 2006 a 2015, quando se altera elevando-se esse nível.

Após a organização dos dados, o Índice de Pobreza Multidimensional foi composto por etapas, iniciando-se com a análise da incidência da pobreza (H). Na Figura 9, são apresentados os resultados da incidência da pobreza (H), no período de 2006 a 2016, para as Regiões Geográficas Imediatas urbanas e rurais paranaense.

Figura 9 – Incidência da pobreza nas Regiões Geográficas Imediatas do Paraná - 2006 a 2016



Fonte: resultados da pesquisa, elaboração própria.

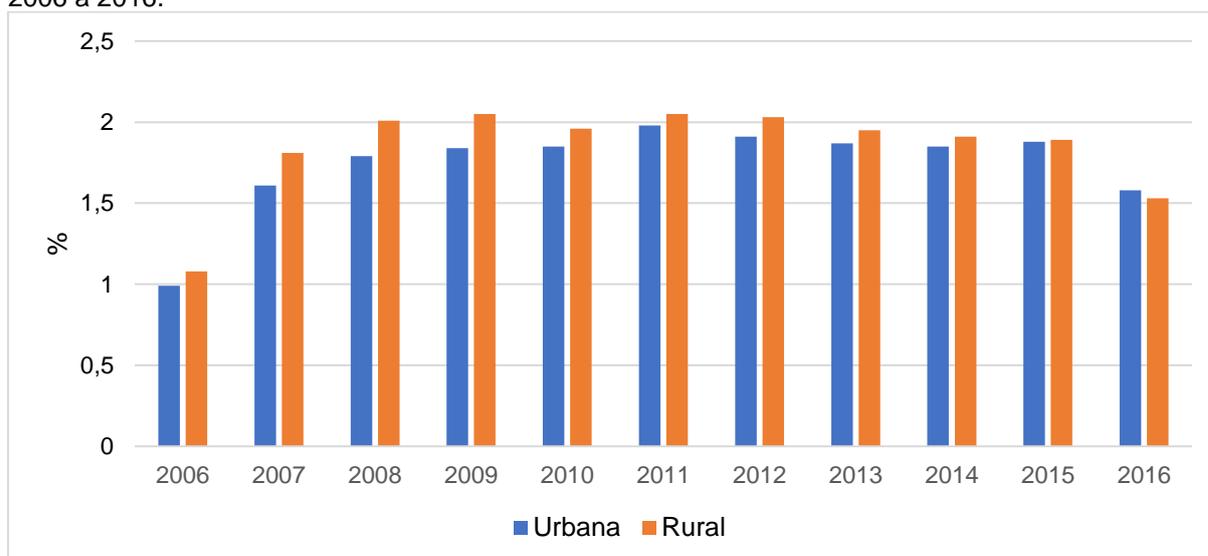
Para o autor Santos (2009), a urbanização e a pobreza são fenômenos profundamente conectados, a expansão da urbanização causada em parte pela

explosão demográfica e a imigração, agrava a crise social, tendo como consequência disto a falta de emprego, com muitos indivíduos, vivendo em condições de privações que se alastram ao longo dos anos, se perpetuando na grande maioria das famílias pobres. Na Figura 9, verifica-se que ao longo do período, observou-se que a proporção de famílias pobres (H) nas regiões urbanas foi superior as das regiões rurais, exceto para o ano 2016. Nesse período as regiões urbanas apresentaram proporção de pobreza inferior ao das regiões rurais em 0,66%. A dimensão da renda média contribui para esse resultado, pois a privação das regiões urbanas foi de 3,34% em 2016.

Entre os anos de 2006 e 2016 constatou-se que houve redução de - 12,78% da proporção de pobreza nas Regiões Geográficas Imediatas urbanas, e redução de 9,33 pontos percentuais nas Regiões Geográficas Imediatas rurais. Em ambas as regionalizações, a partir de 2008, a proporção de pobreza diminuiu e manteve-se até 2012, quando começou a apresentar aumento, elevando-se ano a ano até o fim do período em análise.

A Figura 10, apresenta os resultados da intensidade de pobreza ou pobreza média (A), no período de 2006 a 2016, para as famílias tanto nas Regiões Geográficas Imediatas urbanas como rurais do Paraná.

Figura 10 - Intensidade da pobreza das Regiões Geográficas Imediatas do Paraná urbanas/rurais - 2006 a 2016.



Fonte: resultados da pesquisa, elaboração própria.

Embora, a proporção de pobres fosse maior nas regiões urbanas até por conta do adensamento de população, a intensidade da pobreza nestas regiões se mostrou menor em relação as regiões rurais. Souza (2018), observa que isso pode ser entendido como oportunidades, ou seja, população pobre que vive nas zonas urbanas tem maiores oportunidades em relação a conseguir emprego, melhorar a sua renda e sobressair desta situação.

Em 2006, a intensidade da pobreza era de 1,08% nas zonas rurais e apenas 0,99% nas regiões urbanas. Bastos e Mattos (2018), enfatizam que a pobreza rural está associada ao processo de industrialização e urbanização. Esse panorama de diferenças se mostrou ao longo do período analisado, embora, os percentuais nas regiões urbanas permanecessem com pouca alteração, mas com elevação em média das privações.

Nas regiões rurais as privações aumentaram em média 0,88% entre o período 2006 e 2010, com elevação nos anos posteriores até 2012 e com leve queda a partir de 2013, até o final do período de análise. Os dados apresentaram um aumento de 0,45 pontos percentuais se comparado os períodos entre 2006 e 2016.

Na Figura 11, são apresentados os resultados da pobreza multidimensional (M_0) para as Regiões Geográficas Imediatas urbanas e rurais do Paraná para os anos 2006 e 2016.

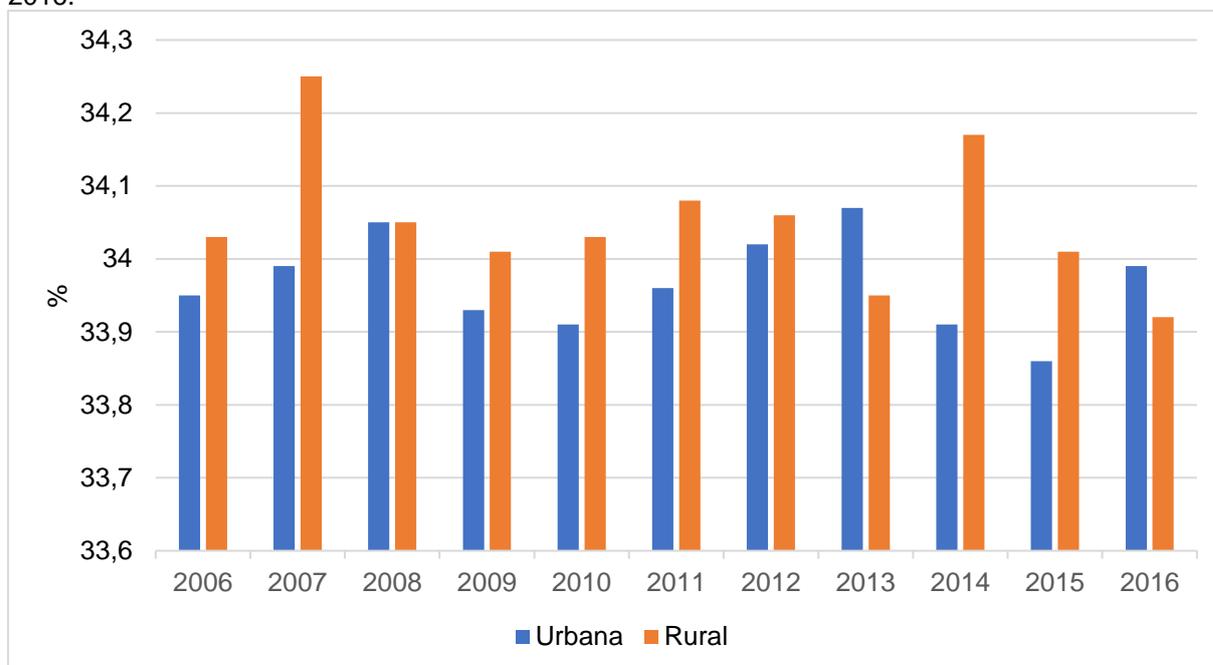
Em 2006, cerca de 33,95% das famílias das regiões urbanas eram multidimensionalmente pobres. No entanto, em 2010 esse percentual diminuiu para 33,91% elevando-se em 2016, com percentual apresentando uma alteração atingindo 33,99, um aumento de 0,08 pontos percentuais.

Durante o período analisado as regiões urbanas apresentaram pequenas variações. Já as regiões rurais tiveram períodos de alterações consideráveis, em 2006 apresentaram cerca de 34,03% das famílias multidimensionalmente pobres. Esse percentual apresentou alterações até o ano de 2011, quando chegou a um percentual de 34,08%.

Em 2015, atingiu 34,01% e voltou a reduzir em 2016 para 33,92%. Corroborado com os resultados encontrados por Albuquerque e Cunha (2012), no qual obtiveram como resultados uma proporção significativa de pobres entre a população paranaense, verificando que nas dimensões analisadas como as condições

habitacionais, saneamento, educação, trabalho, renda e demografia ocorreram avanços, reduzindo o grau de vulnerabilidade dos domicílios paranaenses.

Figura 11 - Pobreza multidimensional (Mo) Regiões Geográficas Imediatas urbanas e rurais - 2006 e 2016.



Fonte: resultados da pesquisa, elaboração própria.

Para Alves, (2014), o país como um todo apresenta diversas constituições familiares das quais inúmeras delas se encontram em situação de vulnerabilidade social, independente do espaço geográfico em que vivem, para os residentes na zona rural, o problema da pobreza se relaciona com a falta de acesso ao processo de modernização da agricultura, seja por falta de recursos financeiros ou de terras, seja por falta de qualificação da mão de obra.

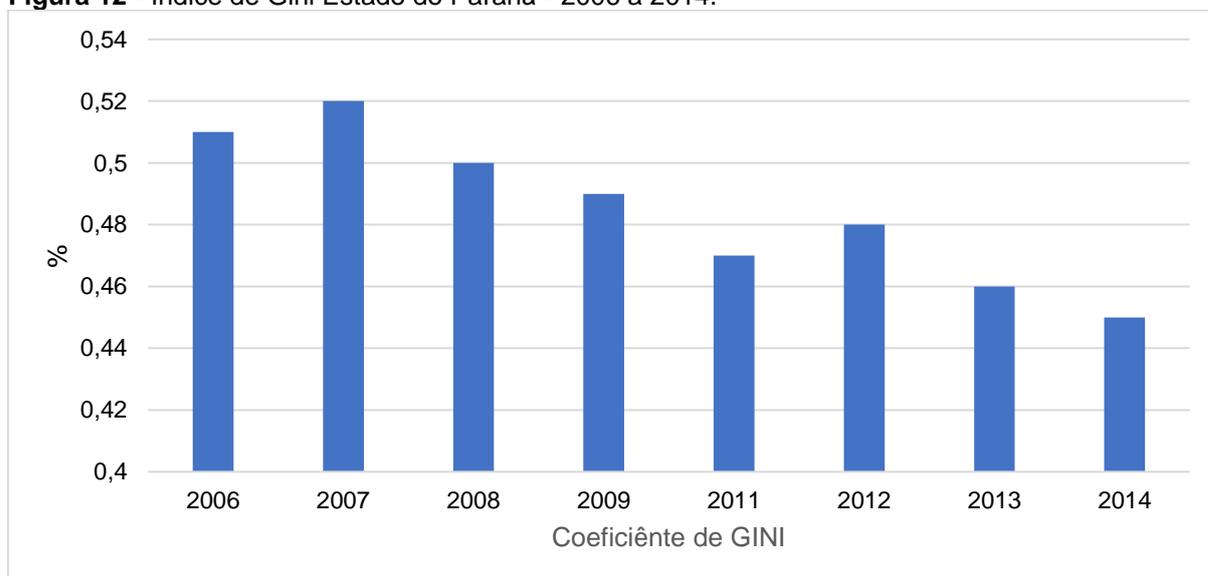
Na zona urbana o grande êxodo rural, aglomerando uma grande número de famílias vivendo em situação precária (ALVES, 2014). Rocha (2013), corrobora observando que há um consenso relacionado a diferença da pobreza brasileira, decorrente da dimensão territorial e demográfica do país, dos diversos desequilíbrios das regiões e como se configurou o complexo da mistura social brasileira. Assim, pode ser observado que os pobres podem tanto ser indivíduos que fazem parte do mercado formal de trabalho, quanto aos que vivem quase exclusivamente de atividades de autossustentação. Os resultados da pesquisa demonstraram que há presença de

pobreza multidimensional em ambas as regionalizações. Entretanto, há mais privações nas Regiões Geográficas Imediatas rurais do que nas urbanas.

As características demográficas, familiares e localização da população são elementos importantes para compreender a desigualdade de renda, na Figura 12, por meio de uma série de dados do - IPEA, que foi calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios(Pnad/IBGE). Medindo o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos para o estado do Paraná entre 2006 e 2014.

Os autores Barros, Cravalho e Franco (2006), relatam que a queda de renda observada no país, esta diretamente ligada as características demográficas, transferências de renda, remuneração de ativos, acesso ao trabalho, queda das taxas das variáveis relacionadas a desigualdade e pobreza. Assim os dados analisados constataam uma tendência de melhoria das condições de acesso a renda da população, pois em 2007 teve-se o maior percentual de 52%. Porém, ao longo da série observou-se que houve melhoria na distribuição de renda por meio da redução do índice até 2011.

Figura 12 - Índice de Gini Estado do Paraná - 2006 a 2014.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA – 2016.

Na Figura 12, podemos observar que ao relacionar estes resultados com os resultados da pesquisa, cabe lembrar que ocorreu queda nos níveis de famílias com

renda média igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo neste período. E aumento noutros patamares, resultados estes que somam ao elaborados por Lourenço (2012), que conclui que embora o estado do Paraná apresente alguns índices favoráveis de crescimento econômico, ainda ocorre a distribuição de renda desigual, que ao longo dos anos se reflete na sociedade, embora demonstre que haja uma redução substancial nos últimos anos, a desigualdade da distribuição ainda é elevada. Corroborando com os resultados da pesquisa que demonstrou que a maior parte das regiões analisadas são consideradas urbanas, nas quais há um maior PIB *per capita*, maior expectativa e oferta de emprego formal e melhores condições de acesso a moradias, equipamentos urbanos e serviços públicos, o que pode ser relacionado a melhoria destes índices.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender as mudanças e relações entre a composição familiar e geográfica e a apropriação dos recursos disponíveis à família, torna-se importante para estudar a pobreza e suas consequências em um determinado período e local. Assim, buscando entender e medir a pobreza multidimensional no Paraná relacionando-se com as regionalizações entre urbano e rural. O objetivo da pesquisa foi a identificação e análise das mudanças observadas na estrutura familiar, relacionando-se com a pobreza e a renda familiar *per capita* nas Regiões Geográficas Imediatas do Paraná.

Para atender o objetivo da pesquisa, dentre outros foi construído o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). O IPM proposto nesta pesquisa foi uma adaptação da metodologia proposta em Alkire e Foster (2009), Alkire e Santos (2013), Oliveira (2018) e Barros, Carvalho e Franco (2006). Além do índice, também se usou dados relacionados a classificação das características da população. Os dados utilizados foram oriundos do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), com recorte para os anos de 2006 a 2016.

Os resultados da pesquisa apontaram que a pobreza vem diminuindo ao longo do período, embora com oscilações.

Na análise em relação a classificação das regiões como urbanas ou rurais, das 29 Regiões Geográficas Imediatas (RGIs), do Paraná, em média 17 destas regiões foram classificadas como urbanas, pois apresentaram participação do PIB agropecuário entre 5 e 20 pontos percentuais. No caso das RGIs rurais, 12 delas apresentaram participação do PIB agropecuário entre 21% e 37%.

No que tange o número de unidades familiares observou-se um aumento médio em praticamente todas as regiões, embora com percentual pequeno. Seis das regiões apresentaram queda no número de famílias até o ano 2010 e uma delas não apresentou variação. As diminuições tendem a apresentar fatores distintos uma vez que, não é possível relacionar somente com êxodo rural, pois essas quedas não ocorreram somente nas regiões rurais.

Com relação a classificação da população paranaense, grande parte da população adulta é feminina. No entanto, isso não se refletiu se comparado com população de até 14 anos de idade, que se concentrou em média em maior número de pessoas do sexo masculino. Mas, vale lembrar que essa diferença é muito pequena, seja entre adultos ou menores de 14 anos.

Ao analisar o Produto Interno Bruto *per capita*, os dados demonstraram que em média a renda *per capita*, do Paraná para a série analisada e no período em análise foi de R\$ 36.352,16. As Regiões Geográficas Imediatas classificadas como rurais apresentaram um PIB *per capita* em média de R\$ 17.000,00 a R\$ 32.000,00. Por outro lado, as Regiões Geográficas Imediatas consideradas urbanas apresentaram PIB *per capita* superior a R\$ 22.000,00 a mais de 48.000,00 reais em média. O que pode ser observado, é que nas regiões urbanas a presença da população do sexo feminino é maior, enquanto as regiões que apresentaram menor PIB *per capita* há maior concentração de população masculina.

Em relação a análise do emprego formal tanto, as regiões urbanas como rurais, em sua quase totalidade os empregos formais são preenchidos pela população do sexo masculino. Foram duas regiões consideradas rurais nas quais o emprego formal foi em média de 50% para cada sexo relacionado.

Ao analisar as dimensões do índice de pobreza observou-se que em relação a mortalidade infantil houve uma significativa redução dos índices no período de análise, tanto nas Regiões Geográficas Imediatas urbanas como nas rurais. Porém, os menores percentuais encontraram-se nas regiões rurais, tendo em vista que são regiões com menos concentração de população e acesso a serviços públicos.

Na análise relacionada a presença de população analfabeta, os resultados indicaram que há maior percentual de população analfabeta nas regiões urbanas. No entanto, constatou-se redução ao longo do período analisado.

A dimensão dos rendimentos médios mostrou queda durante os anos de 2007 a 2010, contudo, elevou-se os índices após esse período, tanto para regiões urbanas como para regiões rurais. Essa foi a dimensão que apresentou crescimentos maior em seus índices, a partir de 2010.

Na análise da desnutrição, os resultados demonstraram que as famílias paranaenses, em ambas as regionalizações, tiveram diminuição considerável durante o período que vai de 2006 até 2015. No computo geral do período analisado, os dados demonstraram que houve redução em ambas as regionalizações analisadas. Embora, as regiões rurais apresentem um percentual menor, contudo, a diferença é pequena se comparada os seus índices em relação as regiões urbanas.

A análise sobre a proporção de famílias pobres (H) demonstrou que houve uma tendência seguida quando analisado as dimensões e componentes, ou seja, uma predominância da incidência da pobreza nas regiões urbanas maior do que nas

regiões rurais. Embora apresente queda durante o período de análise. Entretanto, a análise da intensidade da pobreza se mostrou maior nas áreas rurais. Embora, os percentuais nas regiões urbanas permanecessem com pouca alteração, enquanto nas regiões rurais o aumento na variação foi maior.

Os resultados da pobreza multidimensional (M_0) para as Regiões Geográficas Imediatas urbanas e rurais do Paraná, para os anos 2006 e 2016, demonstrou que as famílias das regiões urbanas apresentaram pequenas variações ao longo do período de análise. Já às regiões rurais seguiram essa tendência até o ano 2010, quando se elevou esse percentual um pouco mais, posterior a isso voltou a reduzir.

A análise em relação ao índice de Gini mostrou que a distribuição de renda apresentou melhora em seus índices durante a série analisada, porém com variações que tenderam a seguir os resultados obtidos para a análise da pobreza multidimensional nas RGI's rurais.

O IPM e os dados, utilizados demonstraram que houve redução da pobreza no Paraná durante a série analisada. No entanto, houve presença de pobreza multidimensional em ambas as regionalizações. Mesmo assim, ainda há mais privações nas Regiões Geográficas Imediatas rurais do que nas urbanas.

A hipótese da pesquisa de que ao longo do período de análise, as transformações demográficas familiares contribuíram para a desigualdade de renda *per capita* e a pobreza familiar no estado do Paraná se confirmou com os resultados. Se constatou que houve alterações na demografia familiar ao longo do período e mesmo com uma melhoria na distribuição de renda, ainda ocorreu a presença de privações e pobreza no Estado, tanto para as regiões urbanas como rurais.

Como sugestão de novos estudos, se faz necessária uma análise mais ampla utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para os municípios. Posterior a isso construir o índice com mais dimensões e componentes. Com possibilidade de ser feito para outros estados e assim comparar Estados e suas regionalizações.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Texto para discussão**. n 702. Repositório do Conhecimento. IPEA. Rio de Janeiro. 2000.
- ALBUQUERQUE, M. R.; DA CUNHA, M. S. Uma análise da pobreza sob o enfoque multidimensional no Paraná. **Revista de Economia**, v. 38, n. 3, 2012.
- ALKIRE, S.; SANTOS, M. E. Acute multidimensional poverty: a new index for developing countries. **OPHI Working Paper** nº thirty-eight. Oxford. 2010.
- ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and multidimensional poverty. University of Oxford, Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI). **Working Paper**, n. 32, 2009.
- ALKIRE, S.; FOSTER, J. E.; SETH. S.; SANTOS, M. E.; ROCHE, J. M.; BALLON, P. Multidimensional poverty measurement and analysis: Chapter 5 – The Alkire-Foster Counting Methodology. **Ophi Working Paper**, n 86. 2015. Electronic copy available at: <https://ssrn.com/abstract=2564787>
- ALMEIDA-GABRIEL, F. B.; LUZ, F. J. F.; COSTA, L. V. C. A.; RIBEIRO, M. L. Concentração de renda nas áreas Rurais do Brasil de 2004 a 2015. **Informe GEPEC**, v.25, p.153-178, 2021.
- ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI. S. Família e domicílio no cálculo do déficit habitacional no Brasil. In: **XIº Encontro Nacional da ANPUR**, 11, 2005. Salvador, Bahia, 2005.
- ARAÚJO, J. A.; MORAIS, S. G.; CRUZ, M. S. Estudo da pobreza multidimensional no Estado do Ceará. **Revista Ciências Administrativas**, v. 19, n. 1, 2013.
- BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. Pobreza multidimensional no Brasil **Texto para discussão**. n 1227. Brasília: IPEA, 2006.
- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A Estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 104 p.
- BARROS, R. S. A ideologia do afeto. **Revista Brasileira de Direito de Família**. v. 4, n. 14, p. 5-10, 2002.
- BARROS, P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. Pobreza multidimensional no Brasil. **Texto para discussão** n. 1227. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.
- BASTOS, P. M. A.; DE MATTOS, L. B.; SANTOS, G. C. Determinantes da pobreza no meio rural brasileiro. **Revista de Estudos Sociais**, v. 20, n. 41, p. 4-30, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRITO, F. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **R. Bras. Estudos Populacionais**, v. 25, n. 1, p. 5-26, 2008.

CAMARANO, A. A. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. 2002. **Texto para Discussão**. n 858. Repositório do Conhecimento. IPEA. Rio de Janeiro, 2000.

CANOVA, L; GRASSO, M; VAGLIO, A; DI GIULIO, E; MIGLIAVACCA, S; LELLI, S; PAREGLIO, S. Operationalising senian capability approach by modelling human development. **Technical report**, Roma: Università Catholic del Sacro Cuore, 2005. Paper No. 251. Online at <https://mpira.ub.uni-muenchen.de/251>

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, v. 1, n. 997, p. 508, 1997

CODES, A. L. M. de. A trajetória do pensamento científico sobre a pobreza: em direção a uma visão complexa. **Texto para Discussão nº 1332**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Brasília. 2008.

COUTO, A. C. L.; BRITO, E. C. DETERMINANTES DA PROBABILIDADE DE POBREZA NO PARANÁ: 2004 E 2015. **A Economia em Revista-AERE**, v. 26, n. 1, p. 89-101, 2018.

COUTO, A. C. L.; BRITO, E.C.; COUTO, J. M. Evolução da pobreza no Paraná (2003-2013). **Gestão e Desenvolvimento em Revista**, v. 1, n. 2, p. 101-116, 2015.

DA SILVA, L. Nunes S.; BORGES, M. J.; PARRÉ, J. L. Distribuição espacial da pobreza no Paraná. **Revista de Economia**, v. 39, n. 3, 2013.

DIAS, M. B. Manual de direito das famílias. 11. ed. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2016.

ENGEL, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FAHEL, X. M. C.; LEITE. P. G.; TELES. R. L. Pobreza Multidimensional no estado de Minas Gerais: uma mensuração para além da renda. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, n. 8, 2014.

FERREIRA, B.; ALVES, F. (Orgs.). **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira**: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006. Brasília/DF: IPEA, p. 77-105, 2014.

GAZOLLA, M.; DE AQUINO, J. R.; SIMONETTI, A. L. Análise das condições socioeconômicas e vulnerabilidades produtivas dos agricultores familiares pobres do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, v. 38, n. 133, p. 177-196, 2017.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**: coleção pesquisa qualitativa. Bookman Editora, 2009.

GIOVANETTI, A. E.; RAIHER, A. P. Uma análise multidimensional da pobreza dos municípios paranaenses em 2010. **Revista de Estudos Sociais**, v. 17, n. 33, p. 228-248, 2015.

GOLDANI, A. M. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. **Cadernos de Pesquisa**, n. 91, p. 7-22, 2013.

HOFFMANN, R. Distribuição da renda no Brasil em 2017: Uma apresentação didática das principais características da distribuição da renda no Brasil de acordo com dados da PNAD Contínua de 2017. **Economia & Região**, v.7, n.2, p.5-28, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. IBGE. 2019.

_____. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. **Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. PNAD. 2015. Disponível em: IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. Disponível em: <http://www.biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>.

_____. **Logística dos Transportes**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014a.

_____. **Redes e Fluxos do Território: Gestão do Território** Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

_____. **Divisão Urbano-Regional**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

_____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. 2018. Disponível em: www.ipardes.pr.gov.br. Acesso em: 2022.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. 2021. Disponível em: www.ipardes.pr.gov.br

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ – IPECE. **Entendendo o Índice de GINI**. Fortaleza: IPECE/Governo do Estado do Ceará, 2010.

KAGEYAMA, A. HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade, Campinas**, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, 2006.

LOPES, H. M; MACEDO, B. R. P; MACHADO, A. F. Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro. **Texto para discussão**. n 223. CEDEPLAR/FACE/UFMG: Belo Horizonte 2003.

LOURENÇO, M. G. Comunicado para o Planejamento **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, nº 16, 2012.

MATA M. M.; MARIN, S. R.; DE ALMEIDA VIEIRA, C. Pobreza Multidimensional nos Estados da Região sul do Brasil: Uma Aplicação do Método Alkire-Foster (2000-2010) In: **45º Encontro Nacional de Economia** – ANPEC, 2017.

MENDES, M. **Por que o Brasil cresce pouco?** - Desigualdade, democracia e baixo crescimento no país do futuro; Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2014.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Pobreza Multidimensional: subsídios para discussão à luz do MPI/OPHI. **Estudo Técnico** Nº 09/2014. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação/MDS. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/estudos_tecnicos/pdf/82.pdf.

OLIVEIRA, C. A. B.; HENRIQUE, W. Determinantes da pobreza no Brasil: um roteiro de estudo. **São Paulo em Perspectiva**, v.4, n.22, p.23-28, 1990.

OLIVEIRA, N. M. S. N. **Pobreza das mulheres chefes de família da região nordeste do Brasil: uma análise multidimensional**. 2018. 185 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). PGDRA- UNIOESTE, Toledo, 2018.

OLIVEIRA, N. M. S. N.; LIMA. F. J. Pobreza multidimensional das mulheres chefes de família da região nordeste. In: **ENANPUR**, XVIII, 2019. Natal, 2019.

PEREIRA, A. F. C. **Impactos da pluriatividade e rendas não-agrícolas sobre a incidência de pobreza nas famílias agrícolas brasileiras**. 2017. 135 f. Dissertação (Mestrado Economia). Universidade Federal de Pernambuco. 2017.

PEREIRA, C. A. F.; JUSTO. R. W.; LIMA. F. J. R. Impactos das Rendas Não-Agrícolas Sobre os Indicadores de Pobreza Foster-Greer-Thorbecke (FGT) para as Famílias Rurais do Estado do Ceará. **Informe Gepec**, v. 19, n. 2, p. 165-183, 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD
Relatório Desenvolvimento Humano 2014. **Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência**. New York: PNUD, 2014. **Communications Development Incorporated, Washington DC, EUA.**

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD.
Relatório de Desenvolvimento Humano Global. **A próxima fronteira O desenvolvimento humano e o Antropoceno**. New York, 2020.

PRADO, D. **O que é família?** São Paulo: Brasiliense. 2017.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil: a evolução de longo prazo (1970-2011). *In*: VELLOSO, J. P. (Coord.). **O Brasil de amanhã: transformar crise em oportunidade**. Rio de Janeiro: INEA, p.248-99, 2013.

_____. **Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?** 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. **Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. Medindo a pobreza no Brasil: evolução metodológica e requisitos de informação básica, *in*: LISBOA, M.B.; Menezes-filho, N.A. (Org.), **Microeconomia e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2001.

_____. Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil. **Texto para Discussão** n. 720. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

RODRIGUES, João Freire. O rural e o urbano no Brasil: uma proposta de metodologia de classificação dos municípios. **Análise Social**, v. 49, n. 211, 2014.

SALAMA, P; DESTREMAU, B. **Medidas de pobreza desmedida: economía política de la distribución del ingreso**. LOM Ediciones, 2002.

SANTOS, A. C. G. **A dinâmica da pobreza multidimensional no Brasil: uma análise para o período de 2009-2015**. 2019. 90 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada). Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto. 2019.

SANTOS, M. A **Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SCHWARTZMAN, S. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SEN, A. K. Desigualdade reexaminada. Tradução: Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES D.S.S O ritmo na queda da desigualdade no Brasil é aceitável? **Brazilian Journal of Political Economy**, vol. 30, nº 3 (119), pp. 364-380 julho-setembro/2010.

SOARES, S. S. D. Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004. **Texto para Discussão**. n 1166. Repositório do Conhecimento. IPEA. Brasília, 2006.

SOUZA, A. C.; CUNHA, M. G.H.; SOUZA JR.V.N.C. Pobreza no Brasil nos primórdios do século XXI: uma resenha da literatura. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, 2018.

SOUZA, V. do.; PENTEADO, C.; NASCIMENTO, R. de.; RAIHER, P. A. A feminização da pobreza no Brasil e seus determinantes. **Informe Gepec**, v. 24, n.1, p. 53-72, 2020.

SILVA, L. N. S.; BORGES, M. J.; PARRÉ, J. L. Distribuição espacial da pobreza no Paraná. **Revista de Economia**, v. 39, n. 3, 2013.

TODESCHINI, C.; BAÇO, B. M. F. Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise das regiões metropolitanas. **Informe Gepec**, v. 19, n. 2, p. 57-71, 2015.

VASCONCELOS, N. A. M.; GOMES, F. M. Transição demográfica: a experiência brasileira. **Epidemiol Serv. Saúde**, v. 21, 2012.

VAZ, C. N. A.; JANNUZZI, P. M. Indicador de Pobreza Multidimensional como síntese dos efeitos da abordagem multissetorial do Plano Brasil Sem Miséria. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, n. 8, 2014.

VIEIRA, A. C. Método unidimensional da renda (HR) e Alkire-Foster: uma análise comparativa aplicada ao Rio Grande do Sul em 2010. **Textos de Economia**, v. 20 n. 2, p. 97–118, 2017.

XIMENES, M. V. et al. Relações entre pobreza e bem-estar em comunidades rurais do Brasil. **Psicología, Conocimiento y Sociedad**, 10 (1), 101-124, 2020.

WORD BANK. **World Development Report**. The World Bank Washington, D.C. August 1978.

_____. Poverty and shared prosperity. **Reversal of fortune**. Washington.2020.

APÊNDICE A - As 29 regiões Geográficas Imediatas do Paraná -2017.

1. Região Geográfica Imediata (RGI) de Curitiba, com grau de urbanização de 91,70% (2010, IBGE), apresentava densidade demográfica de 222,78 (hab./km²) em 2020 (IPARDES), com população estimada de 3.693.891, segundo o IBGE em 2020. Os 28 municípios que fazem parte da RGI de Curitiba são: Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Piên, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná.

2. Região Geográfica Imediata (RGI) Paranaguá, apresentando grau de Urbanização de acordo com o IBGE em 2010 de 90,48 %. Apresentava densidade demográfica por (hab./km²) 47,37 de acordo com IPARDES (2020), contava com uma população estimada de 299.824 habitantes, IBGE (2020). Os 7 municípios que fazem parte desta região são: Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná

3. Região Geográfica Imediata (RGI) União da Vitória, apresentava densidade demográfica de 24,35 (hab./km²), (IPARDES 2020), com grau de urbanização de 57,62 % (IBGE 2010), com uma população estimada de 178.227 habitantes (IBGE 2020). Os 9 municípios que fazem parte desta região são: Antônio Olinto, Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória, São Mateus do Sul e União da Vitória.

4. Região Geográfica Imediata (RGI) de Guarapuava, apresentava densidade demográfica de 25,53 (hab./km²), (IPARDES 2020), com grau de urbanização de 69,70% (IBGE 2010), com uma população estimada em 353.662 habitantes (IBGE 2020). Os 13 municípios que fazem parte desta região são: Campina do Simão, Condói, Cantagalo, Foz do Jordão, Goioxim, Guamiranga, Guarapuava, Inácio Martins, Pinhão, Prudentópolis, Reserva do Iguaçu, Turvo, Boa Ventura e São Roque.

5. Região Geográfica Imediata (RGI) de Pitanga, apresentava densidade demográfica de 13,46 (hab./km²), (IPARDES 2020), com grau de urbanização de 46,46 % (IBGE 2010), com uma população estimada em 73.167 habitantes (IBGE 2020). Os 7 municípios que fazem parte desta região são: Boa Ventura de São Roque, Laranjal, Mato Rico, Nova Tebas, Palmital, Pitanga e Santa Maria do Oeste

6. Região Geográfica Imediata (RGI) de Cascavel, apresentava densidade demográfica de 46,95 (hab./km²), (IPARDES 2020), com grau de urbanização de 83,93 % (IBGE 2010), com uma população estimada em 526.584 habitantes (IBGE 2020). Os 23 municípios que fazem parte desta região são: Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvás, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Sul, Diamante D'Oeste, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Lindoeste, Matelândia, Nova Aurora, Marilândia, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Três Barras do Paraná e Vera Cruz do Oeste

7. Região Geográfica Imediata (RGI) de Foz do Iguaçu, apresentava densidade demográfica de 119,85 (hab./km²), (IPARDES 2020), com grau de urbanização de 92,02 % (IBGE 2010), com uma população estimada em 382.663 habitantes (IBGE 2020). Os 7 municípios que fazem parte desta região são: Foz do Iguaçu, Itaipulândia, Medianeira, Missal, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu e Serranópolis do Iguaçu.

8. Região Geográfica Imediata (RGI) de Toledo, apresentava densidade demográfica de 47,90 (hab./km²), (IPARDES 2020), com grau de urbanização de 82,67 % (IBGE 2010), com uma população estimada em 331.900 habitantes (IBGE 2020). Os 14 municípios que fazem parte desta região são: Assis Chateaubriand, Formosa do Oeste, Guaíra, Iracema do Oeste, Jesuítas, Maripá, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo e Tupãssi.

9. Região Geográfica Imediata (RGI) de Francisco Beltrão, apresentava densidade demográfica de 46,26 (hab./km²), (IPARDES 2020), com grau de urbanização de 65,74 % (IBGE 2010), com uma população estimada em 277.409 habitantes (IBGE 2020). Os 21 municípios que fazem parte desta região são: Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Bom Jesus do Sul, Capanema, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Manfrinópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Pérola d'Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste e Verê.

10. Região Geográfica Imediata (RGI) de Pato Branco, apresentava densidade demográfica de 29,00 (hab./km²), (IPARDES 2020), com grau de urbanização de 76,22 % (IBGE 2010), com uma população estimada em 268.563 habitantes (IBGE 2020). Os 15 municípios que fazem parte desta região são: Bom Sucesso do Sul,

Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Honório Serpa, Itapejara d'Oeste, Mangueirinha, Mariópolis, Palmas, Pato Branco, São João, Saudade do Iguaçu, Sulina e Vitorino.

11. Região Geográfica Imediata (RGI) de Laranjeiras do Sul - Quedas do Iguaçu, apresentava densidade demográfica de 22,12 (hab./km²), (IPARDES 2020), com grau de urbanização de 54,51 % (IBGE 2010), com uma população estimada em 106.904 habitantes (IBGE 2020). Os 8 municípios que fazem parte desta região são: Espigão Alto do Iguaçu, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu e Virmond.

12. Região Geográfica Imediata (RGI) de Dois Vizinhos, apresentava densidade demográfica de 46,42 (hab./km²), (IPARDES 2020), com grau de urbanização de 65,97 % (IBGE 2010), com uma população estimada em 82.192 habitantes (IBGE 2020). Os 6 municípios que fazem parte desta região são: Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra e São Jorge d'Oeste.

13. Região Geográfica Imediata (RGI) de Marechal Cândido Rondon, apresentava densidade demográfica de 53,63 (hab./km²), (IPARDES 2020), com grau de urbanização de 76,31 % (IBGE 2010), com uma população estimada em 81.647 habitantes (IBGE 2020). Os 6 municípios que fazem parte desta região são: Entre Rios do Oeste, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Nova Santa Rosa, Pato Bragado e Quatro Pontes

14. Região Geográfica Imediata (RGI) de Maringá, apresentava densidade demográfica de 153,41 (hab./km²), (IPARDES 2020), com grau de urbanização de 95,48 % (IBGE 2010), com uma população estimada em 791.551 habitantes (IBGE 2020). Os 23 municípios que fazem parte desta região são: Ângulo, Astorga Atalaia, Doutor Camargo, Floraí, Floresta, Flórida, Iguaçu, Itambé, Ivatuba, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Munhoz de Melo, Nova Esperança, Ourizona, Paiçandu, Presidente Castelo Branco, Santa Fé, São Jorge do Ivaí, Sarandi e Uniflor.

15. Região Geográfica Imediata (RGI) de Campo Mourão, apresentava densidade demográfica de 26,72 (hab./km²), (IPARDES 2020), com grau de urbanização de 80,14 % (IBGE 2010), com uma população estimada em 310.395 habitantes (IBGE 2020). Os 24 municípios que fazem parte desta região são: Altamira do Paraná, Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Goioerê, Iretama,

Janiópolis, Juranda, Luiziana, Mamborê, Moreira Sales, Nova Cantu, Peabiru, Quarto Centenário, Quinta do Sol, Rancho Alegre D'Oeste, Roncador e Ubiratã.

16. Região Geográfica Imediata (RGI) de Umuarama, apresentava densidade demográfica de 26,83 (hab./km²), (IPARDES 2020), com grau de urbanização de 80,31 % (IBGE 2010), com uma população estimada em 289.800 habitantes (IBGE 2020). Os 20 municípios que fazem parte desta região são: Alto Paraíso, Alto Piquiri, Altônia, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Esperança Nova, Francisco Alves, Icaraíma, Iporã, Ivaté, Maria Helena, Mariluz, Nova Olímpia, Perobal, Pérola, São Jorge do Patrocínio, Tapira, Umuarama e Xambrê.

17. Região Geográfica Imediata (RGI) de Paranaíba, apresentava densidade demográfica de 34,54 (hab./km²), (IPARDES 2020), com grau de urbanização de 88,24 % (IBGE 2010), com uma população estimada em 204.324 habitantes (IBGE 2020). Os 17 municípios que fazem parte desta região são: Alto Paraná, Amaporã, Diamante do Norte, Guairaçá, Itaúna do Sul, Marilena, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Paranaíba, Planaltina do Paraná, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, Tamboara e Terra Rica.

18. Região Geográfica Imediata (RGI) de Cianorte, apresentava densidade demográfica de 41,72 (hab./km²), (IPARDES 2020), com grau de urbanização de 85,11 % (IBGE 2010), com uma população estimada em 166.676 habitantes (IBGE 2020). Os 11 municípios que fazem parte desta região são: Cianorte, Guaporema, Indianópolis, Japurá, Jussara, Rondon, São Manoel do Paraná, São Tomé, Tapejara, Terra Boa e Tuneiras do Oeste.

19. Região Geográfica Imediata (RGI) de Paranacity - Colorado, apresentava densidade demográfica de 26,46 (hab./km²), (IPARDES 2020), com grau de urbanização de 87,88 % (IBGE 2010), com uma população estimada em 68.134 habitantes (IBGE 2020). Os 11 municípios que fazem parte desta região são: Colorado, Cruzeiro do Sul, Inajá, Itaguajé, Jardim Olinda, Lobato, Nossa Senhora das Graças, Paranacity, Paranapoema, Santa Inês e Santo Inácio

20. Região Geográfica Imediata (RGI) de Loanda, apresentava densidade demográfica de 18,58 (hab./km²), (IPARDES 2020), com grau de urbanização de 76,37 % (IBGE 2010), com uma população estimada em 60.610 habitantes (IBGE 2020). Os 7 municípios que fazem parte desta região são: Loanda, Porto Rico,

Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica e São Pedro do Paraná

21. Região Geográfica Imediata (RGI) de Londrina, apresentava densidade demográfica de 131,29 (hab./km²), (IPARDES 2020), com grau de urbanização de 94,60 % (IBGE 2010), com uma população estimada em 1.103.984 habitantes (IBGE 2020). Os 23 municípios que fazem parte desta região são: Alvorada do Sul, Arapongas, Assaí, Bela Vista do Paraíso, Cafeara, Cambé, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci, Ibiporã, Jaguapitã, Jataizinho, Londrina, Lupionópolis, Miraselva, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Rolândia, Sabáudia, Sertanópolis e Tamarana.

22. Região Geográfica Imediata (RGI) de Santo Antônio da Platina, apresentava densidade demográfica de 39,97 (hab./km²), (IPARDES 2020), com grau de urbanização de 80,55 % (IBGE 2010), com uma população estimada em 270.096 habitantes (IBGE 2020). Os 19 municípios que fazem parte desta região são: Abatiá, Andirá, Barra do Jacaré, Cambará, Carlópolis, Guapirama, Jacarezinho, Joaquim Távora, Jundiá do Sul, Quatiguá, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Salto do Itararé, Santana do Itararé, Santo Antônio da Platina, São José da Boa Vista, Siqueira Campos, Tomazina e Wenceslau Braz.

23. Região Geográfica Imediata (RGI) de Apucarana, apresentava densidade demográfica de 71,30 (hab./km²), (IPARDES 2020), com grau de urbanização de 87,19 % (IBGE 2010), com uma população estimada em 232.900 habitantes (IBGE 2020). Os 12 municípios que fazem parte desta região são: Apucarana, Bom Sucesso, Borrazópolis, Califórnia, Cambira, Jandaia do Sul, Kaloré, Marilândia do Sul, Marumbi, Mauá da Serra, Novo Itacolomi, Rio Bom e São Pedro do Ivaí.

24. Região Geográfica Imediata (RGI) de Cornélio Procópio - Bandeirantes, apresentava densidade demográfica de 30,15 (hab./km²), (IPARDES 2020), com grau de urbanização de 80,54 % (IBGE 2010), com uma população estimada em 181.462 habitantes (IBGE 2020). Os 18 municípios que fazem parte desta região são: Bandeirantes, Congonhinhas, Cornélio Procópio, Itambaracá, Leopólis, Nova América da Colina, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Rancho Alegre, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santa Mariana, Santo Antônio do Paraíso, São Jerônimo da Serra, São Sebastião da Amoreira, Sapopema, Sertaneja e Uraí.

25. Região Geográfica Imediata (RGI) de Ivaiporã, apresentava densidade demográfica de 20,93 (hab./km²), (IPARDES 2020), com grau de urbanização de

61,56 % (IBGE 2010), com uma população estimada em 131.986 habitantes (IBGE 2020). Os 15 municípios que fazem parte desta região são: Arapuã, Ariranha do Ivaí, Cândido de Abreu, Cruzmaltina, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Jardim Alegre, Lidianópolis, Lunardelli, Manoel Ribas, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí e São João do Ivaí

26. Região Geográfica Imediata (RGI) de Ibaiti, apresentava densidade demográfica de 33,58 (hab./km²), (IPARDES 2020), com grau de urbanização de 74,79 % (IBGE 2010), com uma população estimada em 59.773 habitantes (IBGE 2020). Os 6 municípios que fazem parte desta região são: Conselheiro Mairinck, Figueira, Ibaiti, Jaboti, Japira e Pinhalão.

27. Região Geográfica Imediata (RGI) de Ponta Grossa, apresentava densidade demográfica de 43,66 (hab./km²), (IPARDES 2020), com grau de urbanização de 84,25 % (IBGE 2010), com uma população estimada em 642.624 habitantes (IBGE 2020). Os 12 municípios que fazem parte desta região são: Arapoti, Carambeí, Castro, Ipiranga, Ivaí, Jaguariaíva, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, São João do Triunfo e Sengés

28. Região Geográfica Imediata (RGI) de Telêmaco Borba, apresentava densidade demográfica de 18,68 (hab./km²), (IPARDES 2020), com grau de urbanização de 72,31 % (IBGE 2010), com uma população estimada em 189.850 habitantes (IBGE 2020). Os 7 municípios que fazem parte desta região são: Curiúva, Imbaú, Ortigueira, Reserva, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania.

29. Região Geográfica Imediata (RGI) de Irati, apresentava densidade demográfica de 31,86 (hab./km²), (IPARDES 2020), com grau de urbanização de 63,18 % (IBGE 2010), com uma população estimada em 156.142 habitantes (IBGE 2020). Os 7 municípios que fazem parte desta região são: Fernandes Pinheiro, Imbituva, Irati, Mallet, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares.